



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 2022



MINISTÉRIO DA
SAÚDE



Lista de Tabelas e Gráficos

Tabela 1 - Balanço Patrimonial (Composição)

Tabela 2 - Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Nacional

Tabela 3 - Créditos a Curto Prazo

Tabela 4 - Outros Créditos a Receber por Órgão

Tabela 5 - Estoques - Composição

Tabela 6 - Estoques - por Órgão

Tabela 7 - Créditos a Longo Prazo

Tabela 8 - Metodologia de Cálculo de Ajustes para perdas

Tabela 9 - Dívida Ativa Não Tributária - por Órgão

Tabela 10 - Bens Móveis

Tabela 11 - Bens Imóveis

Tabela 12 - Bens Imóveis de Uso Especial

Tabela 13 - Intangível - Composição

Tabela 14 - Obrigações Trabalhistas no curto prazo

Tabela 15 - Fornecedores e Contas a Pagar

Tabela 16 - Fornecedores por Órgão Contratante

Tabela 17 - Transferências Fiscais

Tabela 18 - Provisões a Curto Prazo - Composição

Tabela 19 - Provisões a Longo Prazo - Composição

Tabela 20 - Patrimônio Líquido - Resultados Acumulados

Tabela 21 - Variações Patrimoniais Aumentativas - Composição

Tabela 22 - Transferências Recebidas - Composição

Tabela 23 - Variações Patrimoniais Diminutivas - Composição

Tabela 24 - Transferências Concedidas - Composição

Tabela 25 - Desvalorização e Perdas de Ativos Incorporação de Passivos - Composição

Tabela 26 - Resultado Patrimonial do período

22 **Tabela 27** - Balanço Orçamentário - Receitas previstas e arrecadadas por Categoria Econômica 39

22 **Tabela 28** - Balanço Orçamentário - Despesas executadas por Categoria Econômica 39

23 **Tabela 29** - Receita Corrente Intraorçamentária - por Órgão 39

23 **Tabela 30** - Execução por tipo de crédito 39

23 **Tabela 31** - Utilização de Créditos Adicionais 39

24 **Tabela 32** - Resultado Orçamentário 40

25 **Tabela 33** - Balanço Orçamentário - RPNP inscritos e reinscritos 40

25 **Tabela 34** - Balanço Financeiro - Principais grupos de ingressos financeiros 41

25 **Tabela 35** - Balanço Financeiro - Principais grupos de dispêndios financeiros 41

26 **Tabela 36** - Dedução da Receita Orçamentária 42

26 **Tabela 37** - Resultado Financeiro do período X Geração de caixa do DFC 42

27 **Tabela 38** - Demonstração do Fluxo de Caixa - Composição 43

28 **Tabela 39** - Desembolsos das Atividades de Investimento 43

29 **Tabela 40** - Material de Consumo com Covid-19 43

29 **Tabela 41** - Grupo de Cargos e Funções 44

29 **Tabela 42** - Ocupantes de Cargos e Funções - por Grau de Instrução 44

30 **Tabela 43** - Ocupantes de Cargos e Funções - por idade 44

30 **Tabela 44** - Ocupantes de Cargos e Funções - por Gênero 44

32 **Gráfico 1** - Ativo Circulante 24

33 **Gráfico 2** - Bens Imóveis - Por órgão 27

35 **Gráfico 3** - Ativo Não Circulante 28

35 **Gráfico 4** - Provisões e Curto Prazo 31

36 **Gráfico 5** - Passivo Circulante 31

36 **Gráfico 6** - Passivo não Circulante 32

37 **Gráfico 7** - Patrimônio Líquido 34

38 **Gráfico 8** - Variação Patrimonial Aumentativa 35

Gráfico 9 - Variação Patrimonial Diminutiva 37

Abreviações e Siglas

AFAC	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital
AH	Análise Horizontal
AME	Atrofia Muscular Espinhal
AV	Análise Vertical
BGU	Balanco Geral da União
BACEN	Banco Central do Brasil
CGU	Controladoria-Geral da União
CP	Curto Prazo
CTU	Conta Única
DARF	Documento de Arrecadação de Receitas Federais
DAS	Direção Assessoramento Superior
DSEI	Distrito Sanitário Especial Indígena
DLOG	Departamento de Logística em Saúde
FNS	Diretoria-Executiva do Fundo Nacional de Saúde
IES	Insumos Estratégicos para a Saúde
IPSAS	<i>International Public Sector Accounting Standards</i>
LOA	Lei Orçamentária Anual
LP	Longo Prazo
MCASP	Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público
MEP	Método de Equivalência Patrimonial
NBC T	Normas Brasileiras de Contabilidade Técnica
NBC TSP	Normas Brasileiras de Contabilidade Técnica do Setor Público
NE	Nota Explicativa
OB	Ordem Bancária

OFSS	Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
OPAS	Organização Pan-Americana de Saúde
PCASP	Plano de Contas Aplicado ao Setor Público
PGF	Procuradoria-Geral Federal
RP	Restos a Pagar
RPNP	Restos a Pagar Não Processados
RPPS	Regime Próprio de Previdência Social
R\$	Real
SAA	Subsecretaria de Assuntos Administrativos
SELIC	Sistema Especial de Liquidação e de Custódia
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIADS	Sistema Integrado de Gestão Patrimonial
SIAPÉ	Sistema Integrado de Administração de Pessoal
SPIUnet	Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário de Uso Especial da União
SPO	Subsecretaria de Planejamento e Orçamento
SPU	Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União do Ministério da Economia
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
TCE	Tomada de Contas Especial
TCU	Tribunal de Contas da União
TED	Termo de Execução Descentralizada
UG'S	Unidades Gestoras
VPA	Variação Patrimonial Aumentativa
VPD	Variação Patrimonial Diminutiva



SUMÁRIO

- 1 Informações Gerais
- 2 Declaração Anual do Contador – Com Restrição
- 3 Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis

4 Resumo das Principais Políticas Contábeis

5 Demonstrações Contábeis

5.1 Balanço Patrimonial

5.2 Demonstração das Variações Patrimoniais

5.3 Balanço Orçamentário

5.4 Balanço Financeiro

5.5 Demonstração dos Fluxos de Caixa

5.6 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

6 Notas Explicativas

Nota 01 BALANÇO PATRIMONIAL – COMPOSIÇÃO

Nota 02 ATIVO CIRCULANTE – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Nota 03 ATIVO CIRCULANTE – CRÉDITOS A CURTO PRAZO

Nota 04 ATIVO CIRCULANTE – ESTOQUES

Nota 05 ATIVO NÃO CIRCULANTE – CRÉDITOS A LONGO PRAZO

Nota 06 ATIVO NÃO CIRCULANTE – IMOBILIZADO

Nota 07 ATIVO NÃO CIRCULANTE – INTANGÍVEL

Nota 08 PASSIVO CIRCULANTE – OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS DE CURTO PRAZO

Nota 09 PASSIVO CIRCULANTE – FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR

Nota 10 PASSIVO CIRCULANTE – TRANSFERÊNCIAS

Nota 11 PASSIVO CIRCULANTE – PROVISÕES

4 Nota 12 PASSIVO NÃO CIRCULANTE – PROVISÕES

5 Nota 13 PATRIMÔNIO LÍQUIDO – COMPOSIÇÃO

7 Nota 14 PATRIMÔNIO LÍQUIDO – ADIANT. P/ FUT. AUM. DE CAPITAL (AFAC)

8 Nota 15 PATRIMÔNIO LÍQUIDO – AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

11 Nota 16 CONTAS DE COMPENSAÇÃO – ATOS POTENCIAIS ATIVOS

11 Nota 17 DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

13 Nota 18 VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS (VPA)

15 Nota 19 VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS (VPD)

18 Nota 20 DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS – RESULTADO PATRIMONIAL

19 Nota 21 BALANÇO ORÇAMENTÁRIO – COMPOSIÇÃO

21 Nota 22 BALANÇO ORÇAMENTÁRIO – RECEITAS E DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS

22 Nota 23 BALANÇO ORÇAMENTÁRIO – RECEITA INTRAORÇAMENTÁRIA

22 Nota 24 BALANÇO ORÇAMENTÁRIO – TIPO DE CRÉDITO

22 Nota 25 BALANÇO ORÇAMENTÁRIO – SUPERÁVIT FINANCEIRO

23 Nota 26 BALANÇO ORÇAMENTÁRIO – RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

23 Nota 27 BALANÇO ORÇAMENTÁRIO – RESTOS A PAGAR

25 Nota 28 BALANÇO FINANCEIRO – COMPOSIÇÃO

26 Nota 29 BALANÇO FINANCEIRO – INGRESSOS E DISPÊNDIOS FINANCEIROS

28 Nota 30 BALANÇO FINANCEIRO – DEDUÇÕES DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA

29 Nota 31 BALANÇO FINANCEIRO – RESULTADO FINANCEIRO

29 Nota 32 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

30 Nota 33 IMPACTOS DA PANDEMIA (COVID-19)

30 Nota 34 PARTES RELACIONADAS

32

33

33

34

34

34

35

36

38

38

39

39

39

39

40

40

41

41

42

42

42

43

43



1 Informações Gerais

O Ministério da Saúde, criado no dia 25 de julho de 1953, pela Lei n.º 1.920, é o órgão do Poder Executivo Federal responsável pela organização e elaboração de planos e políticas públicas voltadas para a promoção, prevenção e assistência à saúde dos brasileiros mediante a integração e a construção de parcerias com os órgãos federais, as unidades da Federação, os municípios, a iniciativa privada e a sociedade, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e para o exercício da cidadania, com sua sede na Esplanada dos Ministérios, Bloco G – Brasília/DF – CEP 70.058-900.

A Coordenação de Contabilidade da Coordenação-Geral de Finanças e Contabilidade da Subsecretaria de Planejamento e Orçamento (CCONT/CGFIC/SPO/SE/MS) exerce o papel de Setorial Contábil de Órgão e Setorial Contábil de Órgão Superior do Ministério da Saúde, em atendimento ao Decreto n.º 6.976/2009, que dispõe sobre o Sistema de Contabilidade Federal.

A Estrutura Organizacional Básica do Ministério da Saúde:

- Secretaria Executiva (SE);
- Secretaria de Atenção Primária à Saúde (SAPS);
- Secretaria de Atenção Especializada à Saúde (SAES);
- Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos (SCTIE);
- Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS);
- Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI); e
- Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (SGTES).

Órgãos Colegiados

O Ministério da Saúde conta com os seguintes órgãos Colegiados: Conselho Nacional de Saúde, Conselho de Saúde Suplementar e Conselho Nacional de Incorporação de Tecnologias do SUS. São órgãos permanentes e deliberativos sobre temas relacionados à saúde, que reúnem representantes do governo e dos prestadores de saúde, bem como profissionais de saúde e usuários do SUS.

Órgãos Vinculados

- Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa);
- Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS);
- Fundação Nacional de Saúde (Funasa);
- Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz);
- Grupo Hospitalar Conceição (GHC); e
- Empresa Brasileira de Hemoderivativos e Biotecnologia (Hemobrás).

O organograma do Ministério da Saúde pode ser acessado pelo seguinte link:



<https://www.gov.br/saude/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/organograma/organogram-ms.pdf/>

2 Declaração Anual do Contador – Com Restrição

Esta declaração se refere às demonstrações consolidadas encerradas em 31 de dezembro de 2022 e suas notas explicativas do Ministério da Saúde.

Reflete a conformidade contábil das demonstrações contábeis e é pautada na Macrofunção 020315 – Conformidade Contábil presente no Manual SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal.

As demonstrações contábeis, Balanço Patrimonial, Demonstração de Variações Patrimoniais, Demonstração do Fluxo de Caixa, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e suas notas explicativas, encerradas em 31 de dezembro de 2021, estão, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a Lei n.º 4.320/1964, com o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) e com o Manual SIAFI, exceto quanto aos assuntos mencionados a seguir:

Quadro de Restrições Contábeis

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	ÓRGÃO
301	Falta Remessa Mapa Gerencial Dívida Ativa	ANS;
302	Falta e/ou Atraso de Remessa Do RMA e RMB	MS; Fiocruz; Funasa
306	Apropriação Despesas Fora Período Competência	MS
315	Falta/Restrição Conformidade de Registro de Gestão	MS; Fiocruz; Anvisa
316	Falta/Atraso Cumprimento de Diligências	MS
318	Não Atendimento de Orientação de Setorial Contábil	MS; Funasa; Anvisa
319	Falta Registro de Conformidade de Registro de Gestão	MS
603	Saldo Contábil do Almoxarifado não Confere com RMA	MS; Funasa
604	Falta de Atualização de Ativos Circulantes	MS; Fiocruz; Anvisa; ANS
605	Falta de Reclassificação p/CP de Valores de LP (Ativos)	Anvisa; ANS
606	Saldo Alongado/Indevido - Contas Trans. At.Circulante	MS; Fiocruz; Anvisa
609	Saldo Contábil Almox Nao Confere c/Controle	MS
615	Falta De Atualização de Valores no Ativo Não Circulante	Anvisa; ANS
618	Falta Atualização de Informações - Dívida Ativa LP	Fiocruz
622	Falta Atualiz. Dívida Ativa	Anvisa
625	Falta Reg./Atualizacao Ajus.Perdas Prováveis	Anvisa
632	Saldo Alongado/Indevido – Contas Trans. At. Imobilizado	Fiocruz; Funasa; Anvisa
633	Saldo Alongado/Indevido – Contas Trans. At. Intangível	Fiocruz
634	Falta de Avaliação Bens Móv/Imov/Intang/Outros	Anvisa
640	Saldo Contábil Bens Moveis não Confere c/RMB	MS; Funasa; ANS
642	Falta/Evolução Incompatível Depreciação (At.Imobiliz)	MS; Fiocruz; Funasa
643	Falta/Evolução Incompatível Amortização (At.Intang)	Fiocruz
651	Falta ou Inconsistência no Contrato	MS

653	Saldo Alongado/Indevido – Contas de Controle	MS; Fiocruz; Funasa
656	Convênios a Comprovar com Data Expirada	MS; Fiocruz; Funasa
657	Convênios a Aprovar com Data Expirada	MS; Fiocruz; Funasa
659	Convênios a Liberar Expirados	MS; Fiocruz; Funasa
660	Contr. Repasse a Comprovar com Data Expirada	MS
661	Contr. Repasse a Aprovar com Data Expirada	MS
662	Contr. Repasse a Liberar Expirados	MS
666	Termo de Parceria a Aprovar com Vigência Expirada	Funasa
668	Acordo Coop.Tecnica a Comprovar - Data Expira	MS; Funasa
669	Acordo Coop.Tecnica a Aprovar - Data Expirada	Funasa
670	Acordo Coop.Tecnica a Liberar - Data Expirada	MS
671	Transf.Volunt. S/Comprov. e Não Env.P/Inadimp	Funasa
674	Slds Along./Indevi Contas Transit.Pas. Circul	MS; Fiocruz; Funasa
703	Erro na Classificação da Despesa	Fiocruz
748	Demais Incoerências - Balanço Patrimonial	MS; Anvisa
773	TED a Comprovar com Data Expirada	MS; Fiocruz; Funasa
775	TED a Repassar Expirados	MS
TOTAL		40 RESTRIÇÕES CONTÁBEIS

Todos os 6 órgãos da esfera do órgão superior Ministério da Saúde realizaram a conformidade contábil no mês de dezembro de 2022. Desses órgãos, o Grupo Hospitalar Conceição (GHC) foi o único a apresentar Conformidade Sem Restrição, já os outros 5 órgãos apresentaram Conformidade Com Restrição.

O maior número de ressalvas foi referente à restrição 604 (Falta de Atualização de Ativos Circulantes), apontada em 4 órgãos. Vale esclarecer que durante o exercício financeiro não faltaram esforços para correção das inconsistências contábeis pelas conformidades mensais, todavia, em função do descompasso dos fluxos de entrada e saída dos Insumos Estratégicos para Saúde (IES), os saldos do sistema de almoxarifado e de contabilidade não apresentaram valores equivalentes.

Merece destaque também a restrição 315 (Falta/Restrição Conformidade de Registro de Gestão), indicada em 3 órgãos. Nesse sentido, justificam-se a ausência da conformidade de registro de gestão a falta de servidor disponível para função, sem acumular outras atribuições, e o difícil acesso à internet, principalmente no caso dos Distritos Sanitários Indígenas (DSEI). Cabe destacar que esta setorial contábil de órgão superior alertou sobre a possibilidade de o ordenador de despesa realizar a conformidade de registro de gestão em caráter excepcional, como preconiza a Macrofunção 020314 – Conformidade de Registro de Gestão.

Da mesma forma, a restrição 642 (Falta/ Evolução incompatível de depreciação de ativo imobilizado) foi apontada por 3 órgãos. Dentre as justificativas está principalmente a inexistência de sistema extra contábil de controle patrimonial. Compete alertar que muitas unidades gestoras desses órgãos estão em processo de adesão ao Sistema Integrado de Gestão Patrimonial (SIADS). Com base na informação das unidades, de que o processo de implantação está em andamento, espera-se que essa inconsistência seja regularizada até o final do prazo máximo para implantação, 1º de julho de 2023.

Destaca-se, ainda, a restrição 632 (Saldo alongado/indevido em contas transitórias do Ativo Não Circulante - Imobilizado) que foi mencionada por 3 órgãos. Sua aplicação ocorreu ao longo do ano de 2022, assim como no mês de encerramento, em função da não conclusão de providências pelas unidades responsáveis, como por exemplo: baixa de créditos oriundos de concessão/direitos já prescritos, falta de regularização de importações de bens móveis em andamento e manutenção de saldos de obras em andamento já concluídas. As inconsistências referentes à restrição 632 impactam diretamente no Ativo Imobilizado, gerando uma superavaliação no Balanço Patrimonial do Ministério da Saúde.

Caio de Carvalho Mousinho
CRC-DF n.º 23991/O-4

3 Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis

As Demonstrações Contábeis foram levantadas a partir das informações do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) e consolidam a execução orçamentária, financeira e patrimonial das unidades gestoras (UGs) do Ministério da Saúde e suas vinculadas.

No presente relatório, estão evidenciadas as Demonstrações Contábeis com base no 4º trimestre de 2022.

As estruturas e a composição das demonstrações contábeis estão de acordo com as bases propostas pelas práticas contábeis brasileiras e são compostas por:

- › Balanço Patrimonial (BP);
- › Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- › Balanço Orçamentário (BO);
- › Balanço Financeiro (BF);
- › Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);
- › Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL); e
- › Notas Explicativas (NE).

4 Resumo das Principais Políticas Contábeis

As rotinas e procedimentos contábeis adotados observam as legislações vigentes, em especial: Lei n.º 4.320/1964, que estipula normas gerais para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União; Lei Complementar n.º 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF); Decreto n.º 93.872/1986 e suas atualizações, que consolida legislação sobre execução orçamentária e financeira e respectivos registros contábeis; Lei n.º 10.180/2001, que organiza o Sistema de Contabilidade Federal; as Normas Brasileiras de Contabilidade, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade; o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) 9ª edição; e as Macrofunções do Manual SIAFI, editados pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), órgão central do Sistema de Contabilidade Federal.

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito do Ministério da Saúde, tendo em consideração as opções e premissas do modelo da contabilidade aplicada ao setor público.

Moeda funcional e saldos em moedas estrangeiras – A moeda funcional é o Real (R\$). Os saldos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis.

Caixa e equivalentes de caixa – Incluem conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

A conta única, derivada do princípio de unidade de tesouraria (conforme art. 1º e 2º do Decreto n.º 93.872/1986), é mantida no BACEN e acolhe todas as disponibilidades financeiras da União, inclusive dos fundos, das fundações, das autarquias e das empresas estatais dependentes. Ela é subdividida em Conta Única recursos Tesouro Nacional, Conta Única recursos Previdenciários e Conta Única recursos Dívida Pública.

Demais créditos e valores a curto prazo – Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: (i) adiantamentos concedidos e (ii) créditos por dano ao patrimônio. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescidos das atualizações monetárias e juros. Os créditos a receber são atualizados com base na variação da taxa Selic. É constituído também ajuste para perdas, considerando a natureza, o prazo de vencimento e o histórico de sucesso das cobranças administrativas realizadas.

Estoques – Compreendem almoxarifado e outros estoques. São avaliados e mensurados da seguinte forma: (i) na entrada, pelo custo de aquisição ou produção; e (ii) na saída, pelo custo médio ponderado.

Imobilizado – O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não geram tais benefícios, são reconhecidos como variações patrimoniais diminutivas do período.

Em se tratando de ativos imobilizados obtidos a título gratuito, o valor inicial é resultante da avaliação com base no valor patrimonial definido nos termos da doação, ou seja, pelo valor justo na data da aquisição.

Depreciação de bens móveis – A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação para os bens móveis é o das quotas constantes.

Como regra geral a depreciação dos bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês forem relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

A vida útil e o valor residual utilizados foram considerados segundo critérios definidos pela Secretaria do Tesouro Nacional, na Macrofunção 02.03.30, conforme tabela a seguir:

CONTA CONTÁBIL	VIDA ÚTIL (ANOS)	VALOR RESIDUAL
APARELHOS DE MEDIÇÃO E ORIENTAÇÃO	15	10%
APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO	10	20%
EQUIPAMENTOS/UTENSÍLIOS MÉDICOS, ODONTOLÓGICOS, LABORATORIAIS E HOSPITALARES	15	20%
EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO, SEGURANÇA E SOCORRO	10	10%
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS	20	10%
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGÉTICOS	10	10%
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS GRÁFICOS	15	10%
MÁQUINAS, FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS DE OFICINA	10	10%
MÁQUINAS E UTENSÍLIOS AGROPECUÁRIOS/RODOVIÁRIOS	10	10%
EQUIPAMENTOS HIDRÁULICOS E ELÉTRICOS	10	10%
MÁQUINAS, UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS	10	10%
EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	5	10%
APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS	10	10%
MÁQUINAS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	10	10%
MOBILIÁRIO EM GERAL	10	10%
COLEÇÕES E MATERIAIS BIBLIOGRÁFICOS	10	0%
INSTRUMENTOS MUSICAIS E ARTÍSTICOS	20	10%
EQUIPAMENTOS PARA ÁUDIO, VÍDEO E FOTO	10	10%
VEÍCULOS EM GERAL	15	10%
VEÍCULOS DE TRACÇÃO MECÂNICA	15	10%
ARMAMENTOS	20	15%
PEÇAS NÃO INCORPORÁVEIS A IMÓVEIS	10	10%

Fonte: Manual Siafi – Macrofunção 02.03.30.

Depreciação de bens imóveis cadastrados

no SPIUnet – As informações da depreciação dos bens imóveis são apuradas pelo Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário da União (SPIUnet), que é gerido pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU), nos termos da Portaria Conjunta MF/MPOG n.º 703, de 10 de dezembro de 2014. O valor depreciado é de responsabilidade daquela SPU, sendo apurado mensalmente e lançado automaticamente pelo SPIUnet.

Para fins contábeis, após mensuração e lançamento nos sistemas corporativos da SPU, os valores dos bens imóveis de uso especial da União, autarquias e fundações públicas federais são:

I – Atualizados sistemicamente, a cada ano, na data base de 31 de dezembro, independentemente da classificação;

II – Reavaliados, aqueles nos quais:

- Seja aplicado, a título de benfeitoria, valor percentual igual ou superior ao estipulado pela SPU;
- Houver alteração de área construída, independentemente do valor investido;
- Seja comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoronamento, desabamento, arruinamento, dentre outros.

Para fins da depreciação, a vida útil é definida com base no laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados,

independentemente do fundamento, a depreciação acumulada é zerada e reiniciada a partir do novo valor. O valor residual é estabelecido pela STN e comunicado à SPU.

Intangível – Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinado à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade. São mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Reavaliação – Segundo a Portaria Conjunta STN/SPU n.º 703/2014, os valores dos bens imóveis de uso especial da União, das autarquias e das fundações públicas federais deverão ser reavaliados, por exemplo, quando nos quais seja aplicado, a título de benfeitoria, valor percentual igual ou superior ao estipulado pela SPU; e aqueles em que houver alteração de área construída, independentemente do valor investido, e, também, caso seja comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoronamento, desabamento, arruinamento, dentre outros.

Os valores são atualizados sistemicamente, a cada ano, na data base de 31 de dezembro, independentemente da classificação, considerando os parâmetros e as características específicas dos imóveis e os preços unitários regionais, atualizados periodicamente.

Redução ao valor recuperável de ativos (Impairment)

– O Órgão Superior Ministério da Saúde segue a metodologia para reavaliação e redução ao valor recuperável, bem como a mensuração do valor dos ativos conforme as orientações das NBC TSP 9 e 10 e do MCASP (Parte II – Procedimentos Contábeis Patrimoniais) e do Manual SIAFI, Macrofunção 02.03.35 – Reavaliação e Redução ao Valor Recuperável.

Passivos circulantes e não circulantes – As obrigações são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

Os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: (i) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) fornecedores e contas a pagar; (iii) transferências fiscais; e (iv) demais obrigações.

Resultado Patrimonial – A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD).

As VPAs são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com a contabilidade aplicada ao setor público.

As VPDs são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para a União, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta transitória. Após essa compensação, o resultado é transferido para conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

Resultado Orçamentário – O regime orçamentário da União segue o descrito no art. 35 da Lei n.º 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.

O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

Resultado Financeiro – O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extra orçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da União.

No Balanço Financeiro, é possível identificar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades da União, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

5 Demonstrações Contábeis

5.1 Balanço Patrimonial

ATIVO	NE	Dez/2022	Dez/2021
ATIVO CIRCULANTE		42.030.214.238,64	39.414.727.964,96
Caixa e Equivalentes de Caixa	2	2.007.385.421,03	2.070.598.165,39
Créditos a Curto Prazo	3	14.346.120.394,85	15.347.781.408,71
Créditos Tributários a Receber		7.427.527,93	670.114,61
Clientes		37.316.178,51	28.304.826,89
Empréstimos e Financiamentos Concedidos		35.774,30	50.481,46
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo		14.357.454.867,67	15.358.294.432,08
(-) Ajustes para Perdas em Créditos de Curto Prazo		-56.113.953,56	-39.538.446,33
Estoque	4	25.673.922.360,42	21.994.282.654,26
VPDs Pagas Antecipadamente		2.786.062,34	2.065.736,60
ATIVO NÃO CIRCULANTE		10.902.101.806,08	10.053.693.172,71
Ativo Realizável a Longo Prazo		807.019.163,84	673.001.759,25
Créditos a Longo Prazo	5	807.019.163,84	673.001.759,25
Empréstimos e Financiamentos Concedidos		14.231.024,88	18.016.779,20
Divida Ativa Tributária		207.316.494,37	191.874.234,00
Divida Ativa Não Tributária		4.937.430.924,19	4.414.479.623,12
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo		2.556.713.689,40	2.120.677.462,23
(-) Ajustes para Perdas em Créditos a Longo Prazo		-6.908.672.969,00	-6.072.046.339,30
Investimentos		2.747.862,83	4.754.432,97
Participações Permanentes		2.747.862,83	4.754.432,97
Participações Avaliadas p/Método da Equivalência Patrimonial		2.698.856,81	4.754.432,97
Participações Avaliadas pelo Método de Custo		89.038,55	-
(-) Red. ao Valor Recuperável de Participações Permanentes		-40.032,53	-
Imobilizado		9.716.402.258,13	9.124.802.637,34
Bens Móveis	6	3.537.986.329,99	3.391.950.778,18
Bens Móveis		4.960.909.991,74	4.664.717.854,53
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acumuladas de Bens Móveis		-1.422.923.661,75	-1.272.767.076,35
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis		-	-
Bens Imóveis		6.178.415.928,14	5.732.851.859,16
Bens Imóveis		6.282.398.640,65	5.940.222.216,65
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acumuladas de Bens Imóveis		-103.982.712,51	-207.370.357,49
Intangível		375.932.521,28	251.134.343,15
Softwares	7	241.327.435,81	206.522.255,05
Softwares		421.412.490,74	379.521.589,08
(-) Amortização Acumulada de Softwares		-180.085.054,93	-172.999.334,03
Marcas, Direitos e Patentes Industriais		133.713.107,07	43.720.109,70
Marcas, Direitos e Patentes Industriais		133.719.619,07	43.726.621,70
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Industriais		-6.512,00	-6.512,00
Direitos de Uso de Imóveis		891.978,40	891.978,40
Direitos de Uso de Imóveis		891.978,40	891.978,40
TOTAL DO ATIVO		52.932.316.044,72	49.468.421.137,67

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	NE	Dez/2022	Dez/2021
PASSIVO CIRCULANTE		18.270.349.249,89	17.968.204.092,94
Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	8	1.656.640.203,88	1.943.451.357,05
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo		-	-
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	9	446.866.769,74	946.967.058,27
Transferências Fiscais a Curto Prazo	10	2.438.973.370,87	2.755.100.876,45
Provisões a Curto Prazo	11	2.833.915.137,00	425.883.302,83
Demais Obrigações a Curto Prazo		10.893.953.679,62	11.896.801.409,56
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		3.078.481.418,66	479.038.645,74
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Longo		19.157.431,41	10.289.417,23
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo		77.933,53	77.933,53
Provisões a Longo Prazo	12	3.027.621.686,46	454.451.763,08
Demais Obrigações a Longo Prazo		31.624.367,26	14.219.531,90
TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL		21.348.830.668,55	18.447.242.738,68
Patrimônio Social e Capital Social		222.997.158,84	180.949.740,04
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	14	11.038.609,52	42.047.418,80
Ajustes de Avaliação Patrimonial		42.178.512,90	43.110.098,85
Demais Reservas		29.903.083,76	30.244.847,86
Resultados Acumulados		31.277.368.011,15	30.724.826.293,44
Resultado do Exercício		-5.741.521.023,35	12.493.978.695,29
Resultados de Exercícios Anteriores		30.726.142.356,78	19.593.091.163,38
Ajustes de Exercícios Anteriores	15	6.292.746.677,72	-1.362.243.565,23
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	13	31.583.485.376,17	31.021.178.398,99
TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL		52.932.316.044,72	49.468.421.137,67

Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	Dez/2022	Dez/2021	ESPECIFICAÇÃO	Dez/2022	Dez/2021
ATIVO FINANCEIRO	2.009.313.809,62	2.072.488.812,72	PASSIVO FINANCEIRO	26.848.571.915,03	27.860.288.706,05
ATIVO PERMANENTE	50.923.002.235,10	47.395.932.324,95	PASSIVO PERMANENTE	18.710.567.529,10	14.779.929.194,30
SALDO PATRIMONIAL				7.373.176.600,59	6.828.203.237,32

Quadro das Contas de Compensação

ESPECIFICAÇÃO	NE	Dez/2022	Dez/2021
ATOS POTENCIAIS ATIVOS		159.643.463.713,39	6.425.778.471,95
Garantias e Contragarantias Recebidas	16	157.283.436.604,18	2.932.366.072,02
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres		2.359.295.018,89	3.493.330.052,72
Direitos Contratuais		732.090,32	82.347,21
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS		159.643.463.713,39	6.425.778.471,95
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS		68.482.498.562,60	71.520.190.206,55
Garantias e Contragarantias Concedidas		-	-
Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres		15.638.004.345,07	22.194.726.797,94
Obrigações Contratuais		52.844.494.217,53	49.325.463.408,61
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS		68.482.498.562,60	71.520.190.206,55

Quadro do Superávit/Déficit Financeiro Apurado no Balanço Patrimonial

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-10.041.387.105,10
Recursos Vinculados	-14.797.871.000,31
Educação	-741.223,82
Seguridade Social (Exceto Previdência)	-12.571.659.002,31
Previdência Social (RPPS)	-
Dívida Pública	-2.524.203.029,93
Alienação de Bens e Direitos	3.713.254,57
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	295.019.001,18
TOTAL	-24.839.258.105,41

5.2 Demonstração das Variações Patrimoniais

ESPECIFICAÇÃO	NE	Dez./2022	Dez./2021
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	18	392.403.776.225,15	455.420.686.018,21
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		632.280.927,44	569.090.609,49
Impostos		994.875,43	414.969,80
Taxas		631.286.052,01	568.675.639,69
Contribuições		-	
Contribuições Sociais		-	
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico		-	
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		22.381.324,16	21.852.376,02
Venda de Mercadorias		160.343,55	192.862,81
Vendas de Produtos		585.813,86	209.433,09
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços		21.635.166,75	21.450.080,12
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		2.858.366.007,67	66.139.113,13
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		1.226.786,28	5.243.583,63
Juros e Encargos de Mora		15.637.333,54	23.894.146,83
Variações Monetárias e Cambiais		2.771.593.181,48	7.921.022,52
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras		-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		69.908.706,37	29.080.360,15
Transferências e Delegações Recebidas		376.952.790.318,72	441.839.848.750,95
Transferências Intragovernamentais		374.959.395.315,47	433.666.932.372,39
Transferências Intergovernamentais		235.444,85	10.301.753,41
Transferências das Instituições Privadas		107.043.639,56	78.250.532,26
Transferências de Pessoas Físicas			
Outras Transferências e Delegações Recebidas		1.886.115.918,84	8.084.364.092,89
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos		8.513.606.357,70	10.076.513.471,12
Reavaliação de Ativos		160.633.138,83	90.244.857,71
Ganhos com Alienação		832.048,29	300.296,82
Ganhos com Incorporação de Ativos		4.780.540.500,84	8.585.377.558,61
Ganhos com Desincorporação de Passivos		3.571.600.669,74	1.400.590.757,98
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		3.424.351.289,46	2.847.241.697,50
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar			
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas		339.065.566,10	93.552.281,77
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		3.085.285.723,36	2.753.689.415,73
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	19	398.145.297.248,50	442.926.707.322,92
Pessoal e Encargos		8.520.721.444,13	9.059.349.975,88
Remuneração a Pessoal		6.853.454.128,30	7.335.883.024,91
Encargos Patronais		1.243.547.534,48	1.312.404.662,19
Benefícios a Pessoal		388.679.281,48	403.485.949,03
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos		35.040.499,87	7576.339,75

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 2022

Benefícios Previdenciários e Assistenciais			10.649.994.116,26	10.560.491.771,29
Aposentadorias e Reformas			7.547.691.987,43	7.550.400.998,68
Pensões			2.899.979.526,27	2.761.941.746,73
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais			202.322.602,56	248.149.025,88
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo			35.969.701.867,21	42.180.592.183,05
Uso de Material de Consumo			29.446.872.591,02	33.800.814.916,73
Serviços			6.322.973.688,85	8.194.747.692,10
Depreciação, Amortização e Exaustão			199.855.587,34	185.029.574,22
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras			55.153.026,96	10.192.849,85
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos			-	-
Juros e Encargos de Mora			556.337,27	334.798,31
Variações Monetárias e Cambiais			51.212.353,00	5.946.138,54
Descontos Financeiros Concedidos			2.305.434,64	3.911.913,00
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras			1.078.902,05	-
Transferências e Delegações Concedidas			320.906.403.474,21	363.111.816.041,05
Transferências Intragovernamentais			216.893.385.166,89	255.237.994.503,12
Transferências Intergovernamentais			101.114.159.445,93	105.333.030.665,55
Transferências a Instituições Privadas			1.749.946.198,44	14.535.779,50
Transferências ao Exterior			24.337.400,85	23.524.394,95
Outras Transferências e Delegações Concedidas			1.124.575.262,10	2.502.730.697,93
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos			7.070.585.877,14	6.747.264.956,92
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes para Perdas			1.336.665.994,05	1.889.697.771,12
Perdas com Alienação			4.132.213,50	4.407.625,65
Perdas Involuntárias			32.124.660,85	37.346.593,52
Incorporação de Passivos			1.976.859.635,92	2.933.896.126,24
Desincorporação de Ativos			3.720.803.372,82	1.881.916.840,39
Tributárias			577.475.831,29	640.341.951,16
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria			1.183.470,37	1.305.846,09
Contribuições			576.292.360,92	639.036.105,07
Custo - Mercadorias, Produtos Vendidos e dos Serviços Prestados			3.895.528.757,01	4.238.909.662,01
Custo das Mercadorias Vendidas			495.290.754,14	184.071.208,16
Custos dos Produtos Vendidos			3.400.238.002,87	4.054.838.453,85
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas			10.499.732.854,29	6.377.747.931,71
Incentivos			3.040.241.523,69	3.730.469.727,40
Subvenções Econômicas			2.363.031.978,70	2.466.232.693,09
Constituição de Provisões			5.047.694.042,70	113.181.631,25
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas			48.765.309,20	67.863.879,97
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	20		-5.741.521.023,35	12.493.978.695,29

5.3 Balanço Orçamentário

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES		2.925.595.197,00	2.925.595.197,00	2.506.387.913,99	-419.207.283,01
Receitas Tributárias		415.474.912,00	415.474.912,00	449.668.511,10	34.193.599,10
Taxas		415.474.912,00	415.474.912,00	449.668.511,10	34.193.599,10
Receitas de Contribuições		5.916.163,00	5.916.163,00	8.962.764,66	3.046.601,66
Contribuições Sociais		5.916.163,00	5.916.163,00	8.962.764,66	3.046.601,66
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico		-	-	-	-
Receita Patrimonial		976.382.315,00	976.382.315,00	80.083.246,68	-896.299.068,32
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado		1.514.425,00	1.514.425,00	1.276.219,72	-238.205,28
Valores Mobiliários		18.252.652,00	18.252.652,00	70.501.304,22	52.248.652,22
Exploração de Recursos Naturais		949.986.656,00	949.986.656,00	-	-949.986.656,00
Exploração do Patrimônio Intangível		-	-	-	-
Cessão de Direitos		6.628.582,00	6.628.582,00	8.285.022,74	1.656.440,74
Demais Receitas Patrimoniais		-	-	20.700,00	20.700,00
Receita Industrial		273.300,00	273.300,00	449.549,28	176.249,28
Receitas de Serviços		4.321.963,00	4.321.963,00	3.826.148,87	-495.814,13
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais		4.321.963,00	4.321.963,00	3.826.148,87	-495.814,13
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte		-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde		-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras		-	-	-	-
Outros Serviços		-	-	-	-
Transferências Correntes		600.000,00	600.000,00	235.444,85	-364.555,15
Outras Receitas Correntes		1.522.626.544,00	1.522.626.544,00	1.963.162.248,55	440.535.704,55
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais		313.713.123,00	313.713.123,00	413.440.568,20	99.727.445,20
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos		1.204.943.662,00	1.204.943.662,00	1.543.627.063,09	338.683.401,09
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público		-	-	217.094,37	217.094,37
Demais Receitas Correntes		3.969.759,00	3.969.759,00	5.877.522,89	1.907.763,89
RECEITAS DE CAPITAL		490.632,00	490.632,00	1.011.935,66	521.303,66
Operações de Crédito		-	-	-	-
Operações de Crédito Externas		-	-	-	-
Alienação de Bens		490.632,00	490.632,00	1.011.935,66	521.303,66
Alienação de Bens Móveis		490.632,00	490.632,00	1.011.935,66	521.303,66
Alienação de Bens Imóveis		-	-	-	-
Amortização de Empréstimos		-	-	-	-
Transferências de Capital		-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS		2.926.085.829,00	2.926.085.829,00	2.507.399.849,65	-418.685.979,35
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO		2.926.085.829,00	2.926.085.829,00	2.507.399.849,65	-418.685.979,35
DEFICIT	26	-	-	160.319.270.646,46	160.319.270.646,46
TOTAL	22	2.926.085.829,00	2.926.085.829,00	162.826.670.496,11	159.900.584.667,11

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	155.767.584.260,00	161.594.176.165,00	158.225.403.865,73	144.945.795.782,84	143.363.498.781,51	3.368.772.299,27
Pessoal e Encargos Sociais	19.269.349.340,00	18.921.977.541,00	18.581.522.392,86	18.572.420.951,57	17.376.621.776,25	340.455.148,14
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	136.498.234.920,00	142.672.198.624,00	139.643.881.472,87	126.373.374.831,27	125.986.877.005,26	3.028.317.151,13
DESPESAS DE CAPITAL	4.615.473.998,00	4.779.570.077,00	4.601.266.630,38	1.208.774.241,12	1.190.660.541,01	178.303.446,62
Investimentos	4.610.973.998,00	4.775.070.077,00	4.599.288.826,27	1.207.068.173,03	1.188.954.472,92	175.781.250,73
Inversões Financeiras	4.500.000,00	4.500.000,00	1.977.804,11	1.706.068,09	1.706.068,09	2.522.195,89
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	42.658.713,00	42.658.713,00	-	-	-	42.658.713,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS	160.425.716.971,00	166.416.404.955,00	162.826.670.496,11	146.154.570.023,96	144.554.159.322,52	3.589.734.458,89
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANC.	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	160.425.716.971,00	166.416.404.955,00	162.826.670.496,11	146.154.570.023,96	144.554.159.322,52	3.589.734.458,89
TOTAL	160.425.716.971,00	166.416.404.955,00	162.826.670.496,11	146.154.570.023,96	144.554.159.322,52	3.589.734.458,89

Quadro da Execução de Restos a Pagar Não Processados

INSCRITOS							
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES		1.709.192.726,21	15.677.080.193,27	12.022.291.188,17	11.985.616.370,16	2.081.134.022,15	3.319.522.527,17
Pessoal e Encargos Sociais		21.236.907,04	1.804.385,77	720.792,26	720.792,26	22.320.344,28	156,27
Juros e Encargos da Dívida		-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes		1.687.955.819,17	15.675.275.807,50	12.021.570.395,91	11.984.895.577,90	2.058.813.677,87	3.319.522.370,90
DESPESAS DE CAPITAL		4.032.072.310,70	3.026.156.614,64	2.170.161.470,03	2.165.536.174,99	465.362.690,35	4.427.330.060,00
Investimentos		4.032.072.310,70	3.025.921.136,11	2.170.149.976,44	2.165.524.681,40	465.138.705,41	4.427.330.060,00
Inversões Financeiras		-	235.478,53	11.493,59	11.493,59	223.984,94	-
Amortização da Dívida		-	-	-	-	-	-
TOTAL	27	5.741.265.036,91	18.703.236.807,91	14.192.452.658,20	14.151.152.545,15	2.546.496.712,50	7.746.852.587,17

Quadro de Execução de Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados

INSCRITOS						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES		229.788.322,35	2.344.016.540,07	2.361.741.787,97	24.084.303,53	187.978.770,92
Pessoal e Encargos Sociais		-	1.222.758.013,01	1.222.580.596,87	177.416,14	-
Outras Despesas Correntes		229.788.322,35	1.121.258.527,06	1.139.161.191,10	23.906.887,39	187.978.770,92
DESPESAS DE CAPITAL		753.095.917,85	37.464.879,07	108.558.738,28	92.367.064,73	589.634.993,91
Investimentos		753.095.917,85	37.464.879,07	108.558.738,28	92.367.064,73	589.634.993,91
TOTAL		982.884.240,20	2.381.481.419,14	2.470.300.526,25	116.451.368,26	777.613.764,83

5.4 Balanço Financeiro

INGRESSOS	NE	Dez/2022	Dez/2021
Receitas Orçamentárias		2.507.399.849,65	2.145.727.895,21
Ordinárias		-	-
Vinculadas		2.574.365.351,85	2.212.042.430,26
Seguridade Social (Exceto Previdência)		1.028.732.961,14	1.055.673.058,00
Divida Pública		-	-
Alienação de Bens e Direitos		1.011.935,66	1.666.402,41
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas		1.544.402.323,54	1.153.362.456,72
Outros Recursos Vinculados		217.093,37	884,01
Recursos a Classificar		1.038,14	1.339.629,12
(-) Deduções da Receita Orçamentária	30	-66.965.502,20	-66.314.535,05
Transferências Financeiras Recebidas		374.721.953.389,21	433.662.191.864,15
Resultantes da Execução Orçamentária		332.231.540.978,98	404.507.716.694,21
Cota Recebida		148.071.517.690,37	174.164.842.872,73
Repasse Recebido		10.197.156.051,09	14.160.474.125,74
Sub-repasse Recebido		173.958.051.752,34	216.176.590.946,18
Repasse Devolvido		433.479,74	111.558,90
Sub-repasse Devolvido		4.382.005,44	5.697.190,66
Independentes da Execução Orçamentária		42.490.412.410,23	29.154.475.169,94
Transferências Recebidas para Pagamento de RP		42.243.305.988,32	29.001.396.013,56
Demais Transferências Recebidas		37.658.688,33	23.883.726,18
Movimentação de Saldos Patrimoniais		209.447.733,58	129.195.430,20
Recebimentos Extraorçamentários		20.079.791.200,70	22.644.531.763,88
Inscrição dos Restos a Pagar Processados		1.600.410.701,44	2.351.220.910,38
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados		16.672.100.472,15	18.703.236.807,91
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		1.051.598.862,51	1.002.154.838,27
Outros Recebimentos Extraorçamentários		755.681.164,60	587.919.207,32
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento		875,15	
Restituições a Pagar			
Passivos Transferidos			
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior			466,85
Arrecadação de Outra Unidade		529.975.366,61	587.918.740,47
Valores para Compensação		3.958,66	
DARF - SISCOMEX			
Arrecadação de Outra Unidade		52.997.5366,61	
Demais Recebimentos		225.700.964,18	
Saldo do Exercício Anterior		2.070.598.165,39	2.132.066.060,15
Caixa e Equivalentes de Caixa		2.070.598.165,39	2.132.066.060,15
TOTAL	29	399.379.742.604,95	460.584.517.583,39

DISPÊNDIOS	NE	Dez/2022	Dez/2021
Despesas Orçamentárias		162.826.670.496,11	189.802.176.026,54
Ordinárias		34.929.832.117,68	15.727.142.057,47
Vinculadas		127.896.838.378,43	174.075.033.969,07
Educação		918.084,42	670.294,40
Seguridade Social (Exceto Previdência)		122.416.134.576,34	147.886.120.923,85
Previdência Social (RPPS)		-	4.930.927.193,22
Divida Pública		4.463.129.369,00	4.211.542.718,46
Alienação de Bens e Direitos		434.613,03	
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas		1.016.221.735,64	17.045.772.839,14
Transferências Financeiras Concedidas		216.872.764.750,20	255.184.047.403,63
Resultantes da Execução Orçamentária		186.627.577.775,58	233.103.093.121,32
Repasse Concedido		12.654.678.730,35	16.913.086.245,58
Sub-repasse Concedido		173.958.051.752,34	216.176.590.946,18
Cota Devolvida		10.031.807,71	7.607.180,00
Repasse Devolvido		433.479,74	111.558,90
Sub-repasse Devolvido		4.382.005,44	5.697.190,66
Independentes da Execução Orçamentária		30.245.186.974,62	22.080.954.282,31
Transferências Concedidas para Pagamento de RP		27.685.034.730,07	19.394.006.498,32
Demais Transferências Concedidas		12.569.193,56	157.498.381,16
Movimento de Saldos Patrimoniais		2.547.583.050,99	2.529.449.402,83
Pagamentos Extraorçamentários		17.672.921.937,61	13.527.695.987,83
Pagamento dos Restos a Pagar Processados		2.470.300.526,25	3.082.250.306,22
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados		14.151.152.545,15	9.373.870.163,73
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		1.051.468.866,21	1.063.781.039,78
Outros Pagamentos Extraorçamentários		-	7.794.478,10
Valores Compensados		-	766,85
Demais Pagamentos		-	1.695,00
Saldo para o Exercício Seguinte		2.007.385.421,03	2.070.598.165,39
Caixa e Equivalentes de Caixa		2.007.385.421,03	2.070.598.165,39
TOTAL	29	399.379.742.604,95	460.584.517.583,39

5.5 Demonstração dos Fluxos de Caixa

ESPECIFICAÇÃO	NE	Dez./2022	Dez./2021
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		1.089.975.728,62	927.308.468,73
INGRESSOS		379.035.620.455,16	437.396.856.257,39
Receita Tributária		449.668.511,10	425.658.350,34
Receita de Contribuições		8.962.764,66	4.064.468,83
Receita Patrimonial		9.581.942,46	9.912.345,22
Receita Industrial		449.549,28	209.433,09
Receita de Serviços		3.826.148,87	1.855.531,16
Remuneração das Disponibilidades		70.501.304,22	28.772.026,08
Outras Receitas Derivadas e Originárias		1.963.162.248,55	1.673.395.874,37
Transferências Correntes Recebidas		235.444,85	722.318,56
Intergovernamentais			722.318,56
Dos Estados e/ou Distrito Federal			722.318,56
Outras Transferências Recebidas		235.444,85	
Outros Ingressos Operacionais		376.529.232.541,17	435.252.265.909,74
Ingressos Extraorçamentários		1.051.598.862,51	1.002.154.838,27
Restituições a Pagar			466,85
Passivos Transferidos			
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior			
Transferências Financeiras Recebidas		374.721.953.389,21	433.662.191.864,15
Variação Cambial			
Valores para Compensação		3.958,66	
Arrecadação de Outra Unidade		529.975.366,61	587.918.740,47
Ajuste Acumulado de Conversão			
Demais Recebimentos		225.700.964,18	
DESEMBOLSOS		-377.945.644.726,54	-436.469.547.788,66
Pessoal e Demais Despesas		-55.142.109.248,09	-71.319.571.216,77
Essencial à Justiça		-1.347.709,21	-242.477,43
Administração		-488.928,56	-3.499.761,09
Defesa Nacional		-415.844,05	-357.130,00
Segurança Pública		-12.319.285,18	
Assistência Social			
Previdência Social		-10.558.802.091,89	-10.454.100.803,53
Saúde		-44.535.949.221,27	-60.832.666.956,31
Educação		-10.757.113,49	-7.067.271,39
Cultura		-2.475,00	-2.200,00
Direitos da Cidadania		-1.223.022,19	-1.318.429,74
Urbanismo			-682.494,80
Gestão Ambiental		-45.275,06	

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 2022

20

Ciência e Tecnologia			-346.741,98	-636.363,78
Agricultura			-685.900,00	-2.005.500,00
Comunicações			-99.978,1	-41.603,49
Energia				
Transporte			-3.200,33	-100,15
Indústria			-27.420,07	
Encargos Especiais			-19.595.916,86	-16.949.358,21
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento			875,15	-766,85
Juros e Encargos da Dívida				
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna				
Outros Encargos da Dívida				
Transferências Concedidas			-104.879.301.862,04	-108.894.354.417,23
Intergovernamentais			-99.452.872.209,51	-103.152.196.635,47
A Estados e/ou Distrito Federal			-22.688.238.482,55	-26.701.394.359,84
A Municípios			-76.764.633.726,96	-76.450.802.275,63
Intragovernamentais			-1.713.054.116,31	-1.840.683.918,13
Outras Transferências Concedidas			-3.713.375.536,22	-3.901.473.863,63
Outros Desembolsos Operacionais			-217.924.233.616,41	-256.255.622.154,66
Dispêndios Extraorçamentários			-1.051.468.866,21	-1.063.781.039,78
Transferências Financeiras Concedidas			-216.872.764.750,20	-255.184.047.403,63
Valores Compensados				-6.042,62
Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores				-1.695,00
Valores em Trânsito				
Ajuste Acumulado de Conversão				
Demais Pagamentos				-7.785.973,63
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			-1.153.188.472,98	-988.776.363,49
INGRESSOS			1.011.935,66	1.137.547,56
Alienação de Bens			1.011.935,66	1.137.547,56
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos				
DESEMBOLSOS			-1.154.200.408,64	-989.913.911,05
Aquisição de Ativo Não Circulante			-1.002.627.359,13	-952.790.248,96
Concessão de Empréstimos e Financiamentos			-1.717.561,68	-1.886.668,93
Outros Desembolsos de Investimentos			-149.855.487,83	-35.236.993,16
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
INGRESSOS				
Operações de Crédito				
DESEMBOLSOS				
Amortização / Refinanciamento da Dívida				
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	32		-63.212.744,36	-61.467.894,76
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL			2.070.598.165,39	2.132.066.060,15
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	31		2.007.385.421,03	2.070.598.165,39

5.6 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	(AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2022	180.949.740,04	42.047.418,80	-	-	30.244.847,86	30.724.826.293,44	43.110.098,85	-	31.021.178.398,99
Variação Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	11.588,05	-	-	-	6.329.447.063,67	-	-	6.329.458.651,72
Aumento/Redução de Capital	42.047.418,80	-31.020.397,33	-	-	-	931.585,95	-	-	11.958.607,42
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	-341.764,10	-36.295.842,56	-	-	-36.637.606,66
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	-5.741.521.023,35	-	-	-5.741.521.023,35
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-	-	-20.066,00	-931.585,95	-	-951.651,95
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2022	222.997.158,84	11.038.609,52	-	-	29.903.083,76	31.277.368.011,15	42.178.512,90	-	31.583.485.376,17

6 Notas Explicativas

A análise dos dados de cada demonstrativo para elaboração das Notas Explicativas foi feita com base na ferramenta "Revisão Analítica", disponibilizada pelo Tesouro Nacional, considerando os valores e/ou percentuais mais

relevantes e a materialidade do item e conta contábil consolidados dos órgãos vinculados ao Ministério da Saúde, por meio da análise horizontal (AH) e vertical (AV).

Nota 01 – BALANÇO PATRIMONIAL – COMPOSIÇÃO

O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação (natureza de informação de controle).

Na tabela a seguir, é apresentada a composição do Balanço Patrimonial ao final do exercício financeiro de 2022:

Tabela 1 - Balanço Patrimonial (Composição)

R\$ 1,00

Detalhamento	31/12/2022	31/12/2021	AH%	AV%
Ativo Circulante	42.030.214.238,64	39.414.727.964,96	6,64%	79,40%
Ativo Não Circulante	10.902.101.806,08	10.053.693.172,71	8,44%	20,60%
Total do Ativo	52.932.316.044,72	49.468.421.137,67	7,00%	100,00%
Passivo Circulante	18.270.349.249,89	17.968.204.092,94	1,68%	34,52%
Passivo Não Circulante	3.078.481.418,66	479.038.645,74	542,64%	5,82%
Patrimônio Líquido	31.583.485.376,17	31.021.178.398,99	1,81%	59,67%
Total do Passivo + Patrimônio Líquido	52.932.316.044,72	49.468.421.137,67	7,00%	100,00%

Fonte: Siafi.

Em 31/12/2022, verificou-se que esta Pasta obteve um acréscimo tanto nas aplicações quanto nas origens patrimoniais no percentual de 7,00% em relação ao período anterior. Esse acréscimo foi, principalmente, em virtude da elevação dos grupos de contas: Ativo Não Circulante, com aumento de R\$ 848 milhões, e no Grupo do Passivo Não Circulante, com o considerável incremento de R\$ 2,599 bilhões.

No tocante ao Passivo Não Circulante, justifica-se o aumento pelo reconhecimento das provisões de longo prazo relevantes às demandas de judicialização em saúde, pelo órgão Ministério da Saúde, com detalhamento mais apurado na Nota 12.

Nota 02 – ATIVO CIRCULANTE – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O valor disponível a que os órgãos têm direito a sacar da Conta Única do Tesouro Nacional (CTU), mantida no Banco Central do Brasil (BACEN), para atender despesas é registrado na conta "Limite de Saque com Vinculação de Pagamento", que contém o montante/limite à disposição de cada entidade.

O saldo da conta Caixa do período atual é apresentado no Balanço Patrimonial, no Balanço Financeiro (na coluna dos Dispendios, no item "Saldo para o Exercício Seguinte"), e na Demonstração dos Fluxos de Caixa, no item "Caixa e Equivalente de Caixa Final". A variação entre o saldo apresentado no encerramento do exercício de 2021 em comparação ao final do exercício de 2022 foi negativa em R\$ 63 milhões, com decréscimo de 3,05%.

Tabela 2 - Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Nacional

R\$ 1,00

Detalhamento	31/12/2022	31/12/2021	AH%	Diferença
Conta Única - Recursos da Conta Única Aplicados	599.643.242,32	258.869.992,91	131,64%	340.773.249,41
Demais Contas - Banco do Brasil	5.211,88	0,00	-	5.211,88
Demais Contas - Caixa Econômica Federal	2.462.480,16	1.847.742,09	33,27%	614.738,07
Limite de Saque com Vinculação de Pgto - OFSS	141.613.839,94	229.394.812,66	-38,27%	(87.780.972,72)
Lim de Saque c/Vinc.Pagto - Ordem Pagto - OFSS	1.263.660.646,73	1.580.485.617,73	-20,05%	(316.824.971,00)
Total do Passivo + Patrimônio Líquido	2.007.385.421,03	2.070.598.165,39	-3,05%	(63.212.744,36)

Fonte: Siafi.

Pertinente destacar que o valor no grupo, de R\$ 1,264 bilhão, representa em grande parte o pagamento da folha de pessoal que somente

sai dos cofres públicos no dia útil subsequente ao final do mês.

Nota 03 – ATIVO CIRCULANTE – CRÉDITOS A CURTO PRAZO

Esse grupo de contas refere-se aos créditos realizáveis em até 12 meses da data das demonstrações contábeis, entre eles pode-se destacar:

- › Os adiantamentos concedidos a pessoal e a terceiros (fornecedores);
- › Oriundos a danos ao patrimônio apurados em sindicância, prestações de contas e outros;
- › Valores correspondentes a falta de documentação comprobatória de execução da despesa, assim como inadimplência na comprovação de instrumentos de Termo de Execução Descentralizada – TED, Convênios, Contratos de Repasse e Acordo de Cooperação; e
- › Tributos a recuperar e/ou a compensar.

Tabela 3 - Créditos a Curto Prazo

R\$ 1,00

Detalhamento	31/12/2022	31/12/2021	AH%	Diferença
Créditos Tributários a Receber	7.427.527,93	670.114,61	1008,40%	0,05%
Clientes	37.316.178,51	28.304.826,89	31,84%	0,26%
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	35.774,30	50.481,46	-29,13%	0,00%
(-) Ajustes de Perdas de Créditos a Curto Prazo	(6.500.934,06)	(246.579,16)	2536,45%	-0,05%
Adiantamentos Concedidos	799.530.330,73	1.360.135.663,95	-41,22%	5,55%
Tributos a Recuperar / Compensar	239.371,08	201.629,82	18,72%	0,00%
Créditos por Danos ao Patrimônio	2.767.632,02	3.995.951,69	-30,74%	0,02%
Depósitos Rest e Valores Vinculados a Receber	3.857.067,66	3.168.898,34	21,72%	0,03%
Outros Créditos a Rec e Valores a Curto Prazo	13.551.060.466,18	13.990.792.288,28	-3,14%	94,09%
(-) Ajustes para Perdas em Créditos a Curto Prazo	(49.613.019,50)	(39.291.867,17)	26,27%	-0,34%
Total Líquido (deduzida o Ajuste para Perda)	14.346.120.394,85	15.347.781.408,71	-6,53%	99,61%
Total Bruto	14.402.234.348,41	15.387.319.855,04	-6,40%	100,00%

Fonte: Siafi.

A retração de 6,40% dos créditos de curto prazo justifica-se principalmente pela rubrica "Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo" que colaborou com 3,14% de diminuição, já que representa 94,09% do total do grupo. Nesse contexto, "Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo" constituem as descentralizações de TED a outros órgãos da Administração Pública Federal.

Esse fato ocorre devido a rotina de registros de Termo de Execução Descentralizada (TED), na qual é contabilizado um direito no ativo na UG descentralizadora e em contrapartida uma obrigação no passivo na UG recebedora do termo. Dessa forma, enquanto houver recursos pendentes de comprovação, as unidades descentralizadoras desta Pasta permanecerão com o direito em seu ativo. Ressalta-se que o Ministério da Saúde, por intermédio da Diretoria Executiva do Fundo Nacional de Saúde, representa 96,94% do valor global, como se dispõe:

Tabela 4 - Outros Créditos a Receber por Órgão

R\$ 1,00

Detalhamento	31/12/2022	31/12/2021	AH%	AV%
Ministério da Saúde	13.136.127.683,65	13.605.547.298,29	-3,45%	96,94%
Fundação Oswaldo Cruz	10.638.613,16	18.733.585,34	-43,21%	0,08%
Hospital Nossa Senhora da Conceição S/A	16.704.101,94	14.460.614,06	15,51%	0,12%
Fundação Nacional de Saúde	126.058.297,42	117.698.735,46	7,10%	0,93%
Agência Nacional de Vigilância Sanitária	78.981.685,07	52.163.757,64	51,41%	0,58%
Agência Nacional de Saúde Suplementar	182.550.084,94	182.188.297,49	0,20%	1,35%
Total	13.551.060.466,18	13.990.792.288,28	-3,14%	100,00%

Fonte: Siafi.

Ademais, na rubrica "Adiantamentos Concedidos", o segundo maior tópico do grupo créditos a curto prazo, encontram-se os adiantamentos referentes ao Acordo de Cooperação Técnica entre o Ministério da Saúde e a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS), para aquisição de medicamentos por meio do fundo estratégico, assim como as apropriações relacionadas a 13º salário e férias dos regimes estatutários e celetistas. Nesse último quesito, é preciso apontar a expressiva retração de 41,22%, concernente aos pagamentos do 13º salário de todos os órgãos que são pagos na folha de pagamento do mês de novembro.

Por fim, vale destacar o grupo Créditos Tributários a Receber que, no período em tela, apresentou crescimento de 1.008,40% devido a mudança na política contábil no registro de notificação de crédito tributário não previdenciário pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária. De maneira análoga, apresentou-se representativo aumento de 2.536,45% nos ajustes de perda para créditos tributários.

Nota 04 – ATIVO CIRCULANTE – ESTOQUES

Compreende o valor dos bens adquiridos, produzidos ou em processo de elaboração pela entidade com o objetivo de venda ou utilização própria no curso normal das atividades.

Tabela 5 - Estoques - Composição

R\$ 1,00

Detalhamento	31/12/2022	31/12/2021	AH%	AV%
Mercadorias para Revenda	63.687.775,77	121.039.880,45	-47,38%	0,25%
Produtos e Serviços Acabados	256.702.710,77	274.953.089,45	-6,64%	0,99%
Produtos e Serviços Em Elaboração	91.976.338,87	571.358.194,45	-83,90%	0,36%
Matérias-primas	437.209.772,08	121.316.196,49	260,39%	1,69%
Materiais em Trânsito	119.520,00	90.979,14	31,37%	0,00%
Almoxarifado	1186.012.813,76	1129.793.063,06	4,98%	4,58%
Outros Estoques	23.843.692.757,32	20.006.687.667,48	19,18%	92,13%
(-)Ajustes de Perdas De Estoques	(205.479.328,15)	(230.956.416,26)	-11,03%	-0,79%
Total Líquido (deduzido o Ajuste de Perdas)	25.673.922.360,42	21.994.282.654,26	16,73%	99,21%
Total Bruto	25.879.401.688,57	22.225.239.070,52	16,44%	100,00%

Fonte: Siafi.

A variação percentual positiva de 16,44% no total dos Estoques decorre do aumento do grupo "Outros Estoques" composto pelas contas "Medicamentos para Distribuição", que contabiliza os medicamentos e produtos farmacêuticos adquiridos, de maneira centralizada, para posterior distribuição as secretarias de saúde dos estados e municípios. Adicionalmente, contribuiu para o aumento a conta "Importações em Andamento – Estoques", que tem por finalidade a importação de insumos estratégicos para fabricação da vacina de Covid-19 e outros medicamentos que passam pelo processo de desembaraço aduaneiro.

De maneira correlacionada aos créditos de curto prazo, no caso da conta de estoque, o Ministério da Saúde também desponta como principal representante do valor global, com 92,51% do todo.

Vale salientar, ainda, o item Mercadorias para Revenda que compreende as mercadorias de Insumos Estratégicos em Saúde produzidos e vendidos pelo Instituto de Tecnologia em Fármacos, da Fiocruz, para o Departamento de Logística em Saúde, do Ministério da Saúde, realizar a distribuição em atendimento aos programas sociais do Sistema Único de Saúde.

Tabela 6 - Estoques - por Órgão

R\$ 1,00

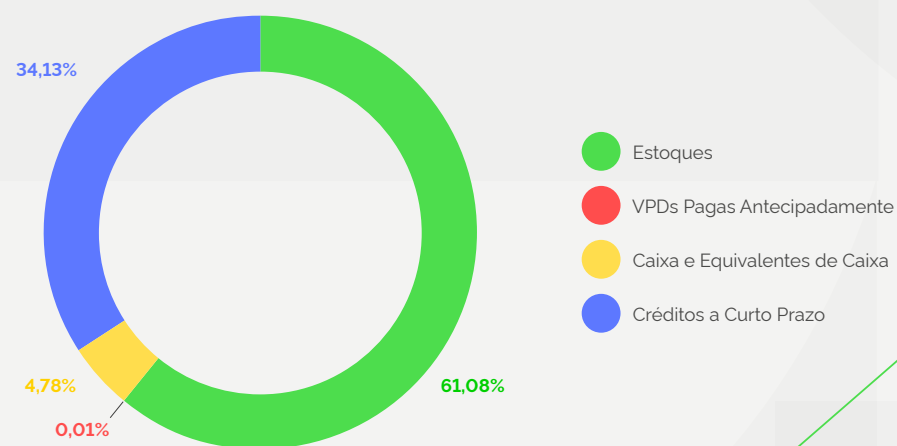
Detalhamento	31/12/2022	31/12/2021	AH%	AV%
Ministério da Saúde	23.750.782.308,47	20.172.967.297,00	17,74%	92,51%
Fundação Oswaldo Cruz	1.898.794.899,12	1.789.848.710,19	6,09%	7,40%
Hospital Nossa Senhora da Conceição S/A	19.084.964,31	23.159.050,06	-17,59%	0,07%
Fundação Nacional de Saúde	3.733.940,00	6.999.332,54	-46,65%	0,01%
Agência Nacional de Vigilância Sanitária	832.968,65	962.875,42	-13,49%	0,00%
Agência Nacional de Saúde Suplementar	693.279,87	345.389,05	100,72%	0,00%
Total Bruto	25.673.922.360,42	21.994.282.654,26	16,73%	100,00%

Fonte: Siafi.

Os valores da conta Ajustes de Perdas em Estoques, no âmbito do Ministério da Saúde, tiveram como parâmetro o Relatório de Insumos Vencidos, com base nas Macrofunções SIAFI 020348 e 020342, para corrigir valores pendentes de baixa de 2009 a 2021, conciliando os saldos com contrapartida em Ajustes de Exercícios Anteriores, conforme citado na Nota 15.

Em síntese, exemplifica-se de maneira gráfica a distribuição do Ativo Circulante:

Gráfico 1 - Ativo Circulante



Fonte: Siafi.

Nota 05 – ATIVO NÃO CIRCULANTE – CRÉDITOS A LONGO PRAZO

Dentro do presente grupo estão registrados os créditos que deverão se concretizar após o exercício financeiro corrente. No âmbito do Ministério da Saúde destacam-se as rubricas "Dívida Ativa Não Tributária", representando 63,99% do total, e "Crédito por Dano ao Patrimônio – Decisão TCU", com 25,20%. Nesse sentido, as duas contribuíram para o incremento de 19,91% após as deduções de ajustes para perdas.

Tabela 7 - Créditos a Longo Prazo

R\$ 1,00

Detalhamento	31/12/2022	31/12/2021	AH%	AV%
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	14.231.024,88	18.016.779,20	-21,01%	0,18%
Créd por Dano ao Patrimônio de Crédito Adm	15.090.434,55	12.959.009,90	16,45%	0,20%
Créd por Dano Patrim vindo de Crédito Admini-Mun	382.177,34	345.349,62	10,66%	0,00%
Dívida Ativa Tributária	207.316.494,37	191.874.234,00	8,05%	2,69%
Créd por Danos ao Patrim - Decisão TCU-Munic	277.742,14	277.742,14	0,00%	0,00%
Crédito por Dano ao Patrimônio - Decisão TCU	1.944.129.570,18	1.510.515.273,21	28,71%	25,20%
Dívida Ativa Não Tributária	4.937.430.924,19	4.414.479.623,12	11,85%	63,99%
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	21.531.039,42	23.708.284,60	-9,18%	0,28%
Outros Créditos a Rec e Valores a Longo Prazo	575.302.725,77	572.871.802,76	0,42%	7,46%
(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Longo Prazo	(5.125.863.668,97)	(4.579.516.465,48)	11,93%	-66,43%
(-) Ajuste de Perdas de Demais Créditos e Valores de TCE	(1.782.809.300,03)	(1.492.529.873,82)	19,45%	-23,11%
Total Líquido (deduzida o Ajuste para Perda)	807.019.163,84	673.001.759,25	19,91%	10,46%
Total Bruto	7.715.692.132,84	6.745.048.098,55	14,39%	100,00%

Fonte: Siafi.

Outrossim, os Créditos por Dano ao Patrimônio são valores referentes às Tomadas de Contas Especiais (TCE) instauradas pela Pasta, contra responsáveis pela gestão dos recursos públicos que foram encaminhadas ao TCU, sendo passíveis de pagamento ou não, a depender do julgamento. A Diretoria Executiva do Fundo Nacional de Saúde se destaca como o maior representante da conta, com saldo de R\$ 1.904.382.496,02.

Cabe destacar que referidos créditos sofrem atualização anual através do Sistema de Atualização de Débito do TCU, como preconiza a Macrofunção SIAFI 021138. Para tanto, foi adotada como metodologia de cálculo: a variação da Selic no exercício de 2022 aplicando-se coeficiente obtido pelos índices mensais da Selic, desprezando a variação do mês de referência e somando 1% para o mês de atualização. O resultado é um índice de correção de 0,108838610 ao ano, conforme demonstrado pelo próprio sistema de débito do TCU (<https://contas.tcu.gov.br/debito/Web/Debito/CalculoDeDebito.faces>).

Outra contextualização necessária é sobre o reconhecimento de Ajuste de Perdas de Demais Créditos a Valores relativos a créditos de TCE e suas reavaliações mensais. Nesse caso, adotou-se como metodologia para aplicação a média sobre a soma dos saldos iniciais e finais oriundos dos anos de 2018 a 2021. O resultado empregado foi um quociente de recebimento de 0,03%, obtido pela divisão entre os valores recebidos pela média dos estoques de cada ano, conforme demonstrado a seguir:

Tabela 8 – Metodologia de Cálculo de Ajustes para perdas

Ano	Saldo Inicial	Saldo Final	Média Final	Valor Recebido	Quociente de Recebimento
2018	63.854.317,37	357.608.113,95	210.731.215,66	0,00	0,00%
2019	357.608.113,95	784.902.782,39	571.255.448,17	0,00	0,00%
2020	784.902.782,39	1.014.483.223,97	899.693.003,18	585.531,17	0,07%
2021	1.014.483.223,97	1.482.320.322,42	1.248.401.773,20	632.882,37	0,05%
Quociente a ser utilizado no ano de 2022 (média dos quocientes)					0,03%

Fonte: Despacho CCONT/CGEOFC.

Fundamental contextualizar o cenário das Dívida Ativa no âmbito do Ministério da Saúde na figura de órgão superior. Os valores de créditos de Dívida Ativa Não Tributária do Ministério da Saúde compõem o cadastro de Dívida Ativa da União, estando assim refletidos no balancete do Ministério da Economia. Por sua vez, as autarquias e fundações públicas federais devem manter cadastro e controle próprio dos créditos inerentes às suas atividades em seu balancete, porém com gestão administrativa e judicial pertencente a Procuradoria-Geral Federal (PGF). Posto isso, pode-se demonstrar que, dentre as vinculadas, a Agência Nacional de Saúde Suplementar equivale à maior representação do geral.

Tabela 9 - Dívida Ativa Não Tributária - por Órgão

R\$ 1,00

Detalhamento	31/12/2022	31/12/2021	AH%	AV%
Fundação Oswaldo Cruz	4.092.289,58	4.000.730,44	2,29%	0,08%
Agência Nacional de Vigilância Sanitária	169.745.044,69	168.957.279,10	0,47%	3,44%
Agência Nacional de Saúde Suplementar	4.763.593.589,92	4.241.521.613,58	12,31%	96,48%
Total Bruto	4.937.430.924,19	4.414.479.623,12	11,85%	100,00%

Fonte: Siafi.

Nota 06 – ATIVO NÃO CIRCULANTE – IMOBILIZADO

Na administração pública federal, especificamente, no Ministério da Saúde e suas vinculadas os bens são classificados em bens móveis e imóveis. Já os bens imóveis são classificados em bens de uso especial e bens dominiais ou dominicais.

- Bens de uso especial são aqueles destinados ao serviço ou estabelecimento da Administração Pública, inclusive os de suas autarquias e fundações públicas. Exemplos: terrenos, glebas, imóveis residenciais, quartéis, fortes, hospitais, escolas, museus, dentre outros.
- Bens dominicais ou dominiais são aqueles que constituem o patrimônio das pessoas jurídicas de direito público como objeto de direito pessoal ou real. Não dispendo a lei em contrário, compreende também os bens pertencentes às pessoas jurídicas de direito público a que se tenha dado estrutura de direito privado, como apartamentos, armazéns, casas, glebas, terrenos, lojas, bens destinados à reforma agrária, dentre outros.

Os bens imóveis tanto de uso especial quanto dominiais são avaliados pelo valor de aquisição, produção ou construção. Por outro lado, os bens adquiridos por meio de uma transação sem contraprestação (ex: doação), como é o caso de terrenos recebidos por um particular sem pagamento ou com pagamento simbólico, para possibilitar ao governo local, por exemplo, desenvolver estacionamentos, estradas etc., deve mensurar seu custo pelo seu valor justo na data da aquisição. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não geram tais benefícios, são reconhecidos como variações patrimoniais diminutivas do período.

Bens Móveis

Os Bens Móveis do Órgão Superior Ministério da Saúde, em 31/12/2022, totalizavam R\$ 3,538 bilhões, após deduzida a depreciação, e estão distribuídos em várias contas contábeis conforme detalhado na tabela a seguir:

Tabela 10 - Bens Móveis

R\$ 1,00

Detalhamento	31/12/2022	31/12/2021	AH%	AV%
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	2.714.244.945,86	2.558.030.739,94	6,11%	54,71%
Bens de Informática	807.319.301,02	751.017.812,23	7,50%	16,27%
Móveis e Utensílios	363.112.959,24	346.048.614,11	4,93%	7,32%
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	49.901.469,18	50.887.444,01	-1,94%	1,01%
Veículos	238.039.681,28	244.891.317,85	-2,80%	4,80%
Pecas e Conjuntos de Reposição	23.316,00	23.316,00	0,00%	0,00%
Bens Móveis em Andamento	736.087.466,12	688.010.950,99	6,99%	14,84%
Bens Móveis em Almoxarifado	8.327.645,73	7.062.243,57	17,92%	0,17%
Armamentos	126.160,53	126.292,55	-0,10%	0,00%
Demais Bens Móveis	43.727.046,78	18.619.123,28	134,85%	0,88%
(-) Depreciação / Amortização Acumulada	(1.422.923.661,75)	(1.272.767.076,35)	11,80%	-28,68%
Total Líquido (deduzida Depreciação)	3.537.986.329,99	3.391.950.778,18	9,43%	71,32%
Total Bruto	4.960.909.991,74	4.664.717.854,53	9,90%	100,00%

Fonte: Siafi.

Analisando a composição dos Bens Móveis, o item "Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas" é o de maior representatividade, correspondendo a 54,71% do total, seguido pelo item "Bens de Informática", com 16,27%, e "Bens Móveis em Andamento", com 14,84%.

A variação positiva total de 9,43% em relação ao período anterior, após deduzir a depreciação, deu-se também pelo item "Demais Bens Móveis", que teve seu saldo consideravelmente acrescido por conta da classificação de bens móveis na condição de "para alienação", pelo Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos (Bio-Manguinhos), da FIOCRUZ.

Bens Imóveis

Os Bens Imóveis do Ministério da Saúde, totalizaram R\$ 6,178 bilhões, depois de deduzir a depreciação. Estes estão distribuídos conforme demonstrado na tabela, a seguir:

Tabela 11 - Bens Imóveis

R\$ 1,00

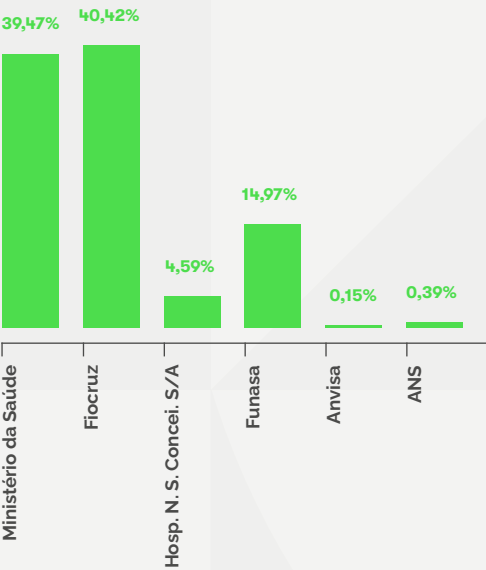
Detalhamento	31/12/2022	31/12/2021	AH%	AV%
Bens de Uso Especial	3.691.073.035,51	3.709.257.319,25	-0,49%	58,75%
Bens Dominicais	100.000,00	100.000,00	0,00%	0,00%
Bens Imóveis em Andamento	2.050.763.351,59	1.738.911.083,66	17,93%	32,64%
Benfeitorias em Propriedade de Terceiros	203.141.817,86	155.383.583,55	30,74%	3,23%
Instalações	334.099.911,52	333.349.706,02	0,23%	5,32%
Demais Bens Imóveis	3.220.524,17	3.220.524,17	0,00%	0,05%
(-) Deprec./Acum./Amort. Acumulada - Bens Imóveis	(103.982.712,51)	(207.370.357,49)	-49,86%	-1,66%
Total Líquido (deduzida Depreciação)	6.178.415.928,14	5.732.851.859,16	7,77%	98,34%
Total Bruto	6.282.398.640,65	5.940.222.216,65	5,76%	100,00%

Fonte: Siafi.

O modesto acréscimo de 5,76%, em relação ao exercício anterior, foi em decorrência do aumento de 17,93% na conta "Bens Imóveis em Andamento" que representa a segunda maior influência no total dos bens imóveis, 32,64%, tanto que o aumento de 30,74% da rubrica "Benfeitorias em Propriedade de Terceiros" pouco influenciou na totalidade.

Nesse contexto, pode-se atribuir a progressão total do grupo à rubrica Obras em Andamento na Fiocruz e, em especial, pelos Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos e Coordenação-Geral de Infraestrutura do Campi. As duas unidades realizam obras de infraestrutura que visam desenvolver tecnologia voltada para o fortalecimento e inovação da saúde pública, e ao conclui-las transfere os saldos para rubrica de Bens de Uso Especial.

Gráfico 2 - Bens Imóveis - Por órgão



Fonte: Siafi.

Pode-se perceber, conforme gráfico ao lado, que a Fundação Oswaldo Cruz respondeu pelo maior montante dos bens imóveis, com 40,42%, seguido pelo Ministério da Saúde com 39,17%, e os dois órgãos juntos corresponderam praticamente com 80% do total. Esse fato se justifica em virtude da robusta infraestrutura

de pesquisas e produção de medicamentos desenvolvida pela Fiocruz, ainda mais fortalecida durante a pandemia da Covid-19. Por seu turno, o Ministério da Saúde acentua-se tendo em vista a capilaridade e atuação em todo território nacional.

Tabela 12 - Bens Imóveis de Uso Especial

R\$ 1,00

Detalhamento	31/12/2022	31/12/2021	AH%	AV%
Fazendas, Parques e Reservas	825.056,00	825.056,00	0,00%	0,02%
Terrenos, Glebas	499.188.553,51	502.092.785,53	-0,58%	13,52%
Imóveis de Uso Educacional	12.013.691,58	5.649.578,57	112,65%	0,33%
Edifícios	1.609.748.992,77	1.649.672.834,28	-2,42%	43,61%
Complexos, Fábricas e Usinas	141.093.757,23	140.591.217,46	0,36%	3,82%
Imóveis Residenciais e Comerciais	79.025.103,67	80.139.607,93	-1,39%	2,14%
Aeroportos, Estações e Aeródromos	2.620.949,20	2.620.949,20	0,00%	0,07%
Outros Bens Imóveis de Uso Especial	1.346.556.931,55	1.327.665.290,28	1,42%	36,48%
Total	3.691.073.035,51	3.709.257.319,25	-0,49%	100,00%

Fonte: Siafi.

No contexto do Bens imóveis, destacam-se os Bens de Uso Especial, que constituem os prédios dos hospitais federais e institutos nacionais, bem como reservas para pesquisas e para funcionamento das unidades quando cadastradas no SPIUnet. No âmbito da Pasta da Saúde, decorreu um decréscimo de 0,49% em comparação ao final do exercício financeiro

anterior. Ressalta-se o significativo aumento na conta "Imóveis de Uso Educacional", ocasionado pela reavaliação do valor patrimonial de imóvel após vistoria, no órgão da Funasa. Por se tratar de terrenos que abrigam instituições de ensino público, estes serão doados às secretarias de educação dos estados em que estão jurisdicionados.

Nota 07 – ATIVO NÃO CIRCULANTE – INTANGÍVEL

Os Ativos Intangíveis correspondem a direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade. Esses direitos são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e do montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Bens e direitos incorpóreos gerados internamente não são capitalizados, sendo reconhecidos como variação patrimonial diminutiva no período em que forem incorridos, exceto nos gastos com desenvolvimento que atendam aos critérios de conhecimento relacionados à conclusão e uso de ativos, geração de benefícios econômicos futuros, identificáveis, controláveis, dentre outros.

Além disso, os Ativos Intangíveis de vida útil indefinida não são amortizados, porém são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua justificável. Caso contrário, a mudança de vida útil indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

No âmbito do MS, a maior parte dos intangíveis está relacionada a Software, tanto de vida útil definida (sujeitos à amortização), quanto de vida útil indefinida (não estão sujeitos à amortização). Vide tabela abaixo:

Tabela 13 - Intangível - Composição

R\$ 1,00

Detalhamento	31/12/2022	31/12/2021	AH%	AV%
Software com Vida Útil Definida	247.910.976,31	236.362.457,35	4,89%	44,59%
Software com Vida Útil Indefinida	173.501.514,43	143.159.131,73	21,19%	31,20%
Marcas, Direitos, Patentes - Vida Útil Definida	124.899.131,29	36.875.642,89	238,70%	22,46%
Marcas, Direitos, Patentes - Vida Útil Indefinida	8.820.487,78	6.850.978,81	28,75%	1,59%
Direito de Uso de Imóvel - Prazo Determinado	891.978,40	891.978,40	0,00%	0,16%
(-) Amortização Acumulada	(180.091.566,93)	(173.005.846,03)	4,10%	-32,39%
Total Líquido (deduzida Amortização)	375.932.521,28	251.134.343,15	49,69%	67,61%
Total Bruto	556.024.088,21	424.140.189,18	31,09%	100,00%

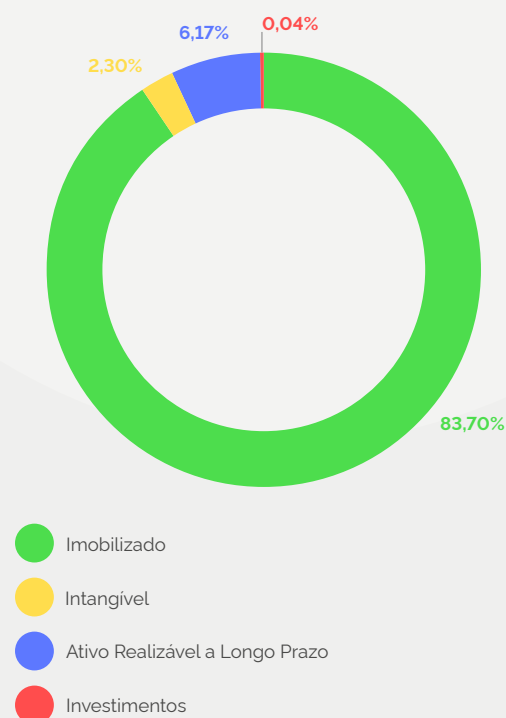
Fonte: Siafi.

O total de Ativos Intangíveis no Ministério da Saúde representa R\$ 375 milhões, já deduzida a amortização acumulada, tendo apresentado um acréscimo de 49,69% em relação ao período anterior. Sendo o maior aumento percentual no item de "Marcas, Direitos, Patentes – Vida Útil Definida", com 238,70%.

Nesse ponto, é oportuno elucidar os motivos para o aumento de 238,70% na rubrica Marcas, Direitos, Patentes com vida útil definida. O considerável acréscimo advém da aquisição de direito de produção do Ingrediente Farmacêutico Ativo (IFA) e comercialização da vacina AstraZeneca para Covid-19, pelo Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos do órgão Fiocruz.

Resumidamente, ilustra o Ativo Não-Circulante, pelos seus subgrupos:

Gráfico 3 - Ativo Não Circulante



Fonte: Siafi.

Nota 08 – PASSIVO CIRCULANTE – OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS DE CURTO PRAZO

Compreende as obrigações referentes aos salários ou remunerações, além de benefícios aos quais os empregados ou servidores tenham direito: aposentadorias, reformas, pensões, encargos, benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações com vencimento no curto prazo. Também compreendem os respectivos encargos previdenciários.

Findado o ano calendário de 2022, as obrigações trabalhistas apresentaram saldo de R\$ 1,657 bilhão, sendo a maior parte decorrente de lançamento de apropriação de Salários e Remunerações a pagar, correspondendo a 99,18% do total do grupo. Salienta-se que a contabilização ocorreu em total atendimento à legislação em vigor, especialmente à Macrofunção 021142 - FOLHA DE PAGAMENTO, do Manual SIAFI.

Tabela 14 - Obrigações Trabalhistas no curto prazo

R\$ 1,00

Detalhamento	31/12/2022	31/12/2021	AH%	AV%
Benefícios Assistenciais a Pagar	172.168,53	163.010,03	5,62%	0,01%
Benefícios Previdenciários a Pagar	11.874.121,67	5.861.716,75	102,57%	0,72%
Encargos Sociais a Pagar	1.472.838,22	1.082.808,80	36,02%	0,09%
Pessoal a Pagar	1.643.121.075,46	1.936.343.821,47	-15,14%	99,18%
Total	1.656.640.203,88	1.943.451.357,05	-14,76%	100,00%

Fonte: SIAFI.

Nota 09 – PASSIVO CIRCULANTE – FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR

Registra os valores a pagar a credores decorrentes de fornecimento de bens/materiais e da prestação de serviços. Ao final de dezembro de 2022, o Ministério da Saúde apresentou um saldo de R\$ 447 milhões no grupo de Fornecedores e Contas a Pagar. A seguir, apresentam-se as referidas obrigações segregadas por credores nacionais e credores estrangeiros:

Tabela 15 - Fornecedores e Contas a Pagar

R\$ 1,00

Detalhamento	31/12/2022	31/12/2021	AH%	AV%
Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais	415.136.499,59	719.482.693,00	-42,30%	92,90%
Fornecedores e Contas a Pag Estrangeiros	31.730.270,15	227.484.365,27	-86,05%	7,10%
Total	446.866.769,74	946.967.058,27	-52,81%	100,00%

Fonte: SIAFI.

Em referência aos dados apresentados, elucida-se que a diminuição das obrigações corresponde a conta "Fornecedores e Contas a Pagar – Estrangeiros", tanto que a contração de 86,05% foi o que mais impactou a retração geral de 52,81%.

Em continuação, apresenta-se as referidas obrigações evidenciadas por órgão contratante com valores dos fornecedores e contas a pagar na data base de 31/12/2022.

Tabela 16 - Fornecedores por Órgão Contratante

R\$ 1,00

Detalhamento	31/12/2022	31/12/2021	AH%	AV%
Ministério da Saúde	171.106.825,78	112.863.296,06	51,61%	38,29%
Fundação Oswaldo Cruz	247.908.181,30	812.920.926,59	-69,50%	55,48%
Hospital Nossa Senhora da Conceição S/A	25.056.608,87	18.865.578,44	32,82%	5,61%
Fundação Nacional de Saúde	807.950,97	776.532,81	4,05%	0,18%
Agência Nacional de Vigilância Sanitária	1.965.548,57	1.485.676,38	32,30%	0,44%
Agência Nacional de Saúde Suplementar	21.654,25	55.047,99	-60,66%	0,00%
Total	446.866.769,74	946.967.058,27	-52,81%	100,00%

Fonte: SIAFI.

A Fundação Oswaldo Cruz é responsável por 55,48% do total a ser pago, isso ocorre devido a aquisição de insumos desenvolvimento de pesquisas e também para produção de vacinas e fármacos estratégicos na promoção à saúde.

Nota 10 – PASSIVO CIRCULANTE – TRANSFERÊNCIAS

Nesse grupo são registrados os valores a serem transferidos aos entes da federação, na qual a obrigatoriedade segrega-se por: determinação constitucional (Transferências Constitucionais), deliberação legal (Transferências Legais) e por instrumento jurídico entre as partes (Transferências Discricionárias). A seguir, apresentam-se as referidas obrigações segregadas:

Tabela 17 - Transferências Fiscais

R\$ 1,00

Detalhamento	31/12/2022	31/12/2021	AH%	AV%
Transferências Constitucionais a Pagar	0,00	96.298.264,06	-	0,00%
Transferências Discricionárias a Pagar	2.438.441.370,87	2.658.644.612,39	-8,28%	99,98%
Transferências Legais a Pagar	532.000,00	158.000,00	236,71%	0,02%
Total	2.438.973.370,87	2.755.100.876,45	-11,47%	100,00%

Fonte: Siafi.

Destaca-se que a maior parcela das transferências discricionárias é relativa a instrumentos de transferências voluntárias celebrados pela Funasa, representando R\$ 2.117.958.690,77.

Necessário explicar também que a STN alterou o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) na virada de 2020 para 2021 e segregou o grupo de transferências para melhor evidenciar as formas de repasse entre os entes da federação. Assim, essa mudança na contabilidade da União acarretou em um aperfeiçoamento da evidenciação das transferências intergovernamentais, e em consequência a transferência da espécie legal despontou um incremento notável.

Nota 11 – PASSIVO CIRCULANTE – PROVISÕES

As provisões são obrigações de prazo ou valor incerto que devem ser reconhecidas quando cumprirem, concomitantemente: obrigação presente decorrente de evento passado; seja provável a saída de recurso para liquidar a obrigação; e seja possível realizar estimativa confiável do valor da obrigação.

Dito isso, cabe salientar que ao longo de 2022 o órgão Ministério da Saúde desenvolveu metodologia de análise dos depósitos judiciais e de entrega de medicamentos que possibilite realizar projeção das despesas com sentenças judiciais relativas a medicamentos, insumos e outros serviços em saúde. Nesse sentido, o Departamento de Gestão das Demandas em Judicialização na Saúde (DJUD) apurou o custo estimado com depósitos e de aquisição para pronta entrega. Dessa forma foi possível obter estimativa confiável do valor da obrigação e consequentemente contabilizar provisão das demandas judiciais de serviços em saúde.

Em relação ao exercício de 2023, ou seja, no curto prazo, estimou-se um total de R\$ 1.268.499.528,28, sendo que desse total R\$ 351.725.518,68 é relativo a depósito judicial efetuado pelo FNS e R\$ 916.774.009,60 é referente a aquisição e entrega de fármacos pelo DLOG.

Adicionalmente, as provisões contemplam casos de requisição administrativa em que o Ministério da Saúde, respaldado pela Lei n.º 13.979/2020, utiliza-se de bens e serviços de terceiros, com posterior indenização por valor avaliado justo, no enfrentamento da emergência em saúde pública como é o caso do coronavírus.

Em síntese, o órgão superior Ministério da Saúde apresentou um montante de R\$ 2,834 bilhões relacionado a provisões de curto prazo, sendo que o maior volume registrado se refere em sua maioria a riscos de demandas judiciais cíveis do Ministério da Saúde e uma pequena parcela concernente a requisição administrativa do DLOG, representando 48,18% do total.

Tabela 18 - Provisões a Curto Prazo - Composição

R\$ 1,00

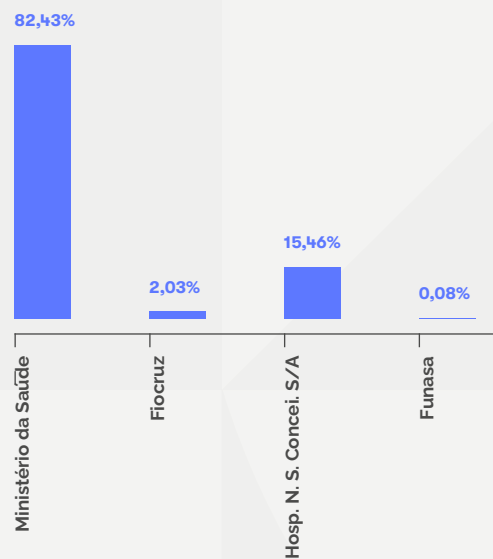
Detalhamento	31/12/2022	31/12/2021	AH%	AV%
Provisão para Riscos Trabalhistas a CP	355.040.033,09	260.859.728,69	36,10%	12,53%
Provisões para Riscos Fiscais a Curto Prazo	57.545.836,47	79.899.649,69	-27,98%	2,03%
Provisão para Riscos Cíveis a Curto Prazo	1.365.410.480,62	82.067.586,45	1563,76%	48,18%
Prov.Obrig.Decor.Atuação Governamental a CP	2.245.156,66	2.245.156,66	0,00%	0,08%
Outras Provisões a Curto Prazo	1.053.673.630,16	811.181,34	129.793,72%	37,18%
Total	2.833.915.137,00	425.883.302,83	565,42%	100,00%

Fonte: Siafi.

Em relação ao grupo Outras Provisões a Curto Prazo, faz-se necessário esclarecer que o reconhecimento de provisão visa atender o reconhecimento dos passivos relativos às transferências fundo a fundo do Fundo de Ações Estratégicas e Compensações (FAEC) dos meses finais do ano. Vale ressaltar que os repasses são transferidos após apuração de produção dos estabelecimentos de saúde registrada pelos respectivos gestores no Sistema de Informações Ambulatoriais (SIA) e Sistema de Informações Hospitalares (SIH). Como há defasagem de 60 a 90 dias entre a prestação do serviço e apuração do valor a ser pago, as últimas competências do ano, especialmente novembro e dezembro, são processadas nos sistemas de informação do SUS em janeiro e até fevereiro do ano subsequente. Justifica-se, dessa forma, o reconhecimento de passivo por estimativa no valor de R\$ 1,053 bilhão, em consonância também com recomendação da Controladoria-Geral de União (CGU), realizada em 2022.

Apresenta-se, a seguir, as provisões de curto prazo a nível de órgão:

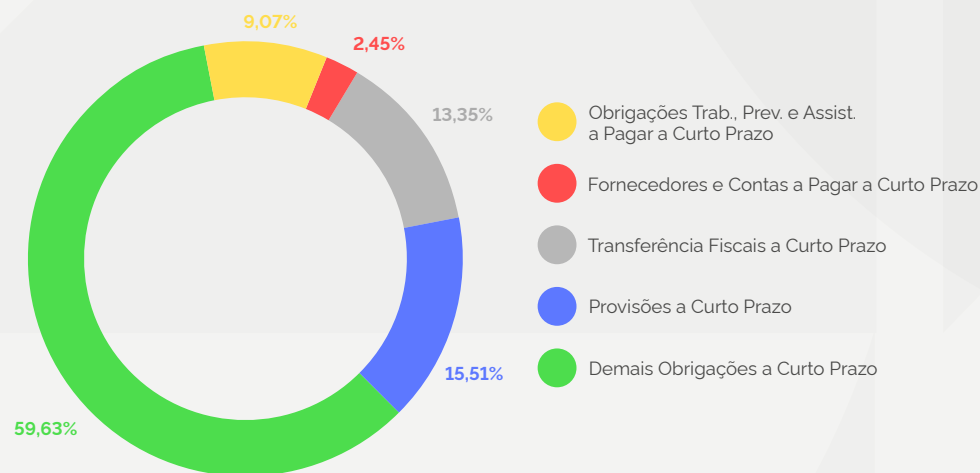
Gráfico 4 - Provisões e Curto Prazo



Fonte: Siafi.

De forma ilustrativa, evidencia o Passivo Circulante em suas devidas proporções:

Gráfico 5 - Passivo Circulante



Fonte: Siafi.

Nota 12 – PASSIVO NÃO CIRCULANTE – PROVISÕES

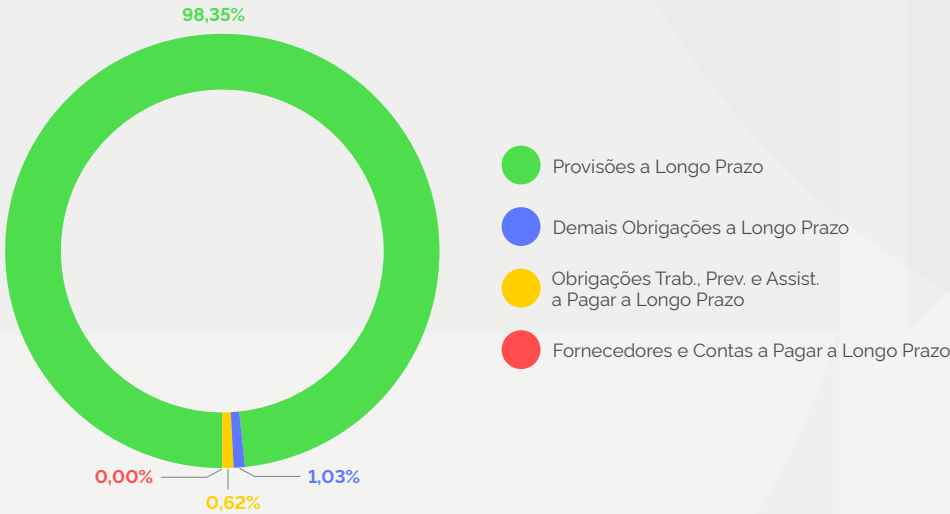
Por sua vez, as provisões de longo prazo, isto é, obrigações de sentenças judiciais com provável saída de recurso com vencimento após os 12 meses dessas demonstrações contábeis, totalizam a quantia de R\$ 516 milhões.

De maneira análoga às provisões de curto prazo, aplicou a nova política contábil e correspondente reconhecimento das provisões para despesas com sentenças judiciais relativas a medicamento, insumos e outros serviços em saúde no longo prazo, conforme foi tratado na Nota 11.

Assim, no órgão Ministério da Saúde utilizou como critério para reconhecer as provisões de longo prazo o período de 24 meses após o curto prazo, considerando ser esse o prazo que mantenha confiabilidade da estimativa, ou seja, alusivo aos anos de 2024 e 2025. Nesse sentido, foi registrado um total de R\$ 2.536.999.056,56 para atender demandas judiciais na temática de Atenção à Saúde, dos quais R\$ 703.451.037,36 são relativos para depósitos judiciais pelo FNS e R\$ 1.833.548.019,20 para aquisição e distribuição de medicamentos pelo DLOG.

Sucintamente, demonstra-se o Passivo Não-Circulante:

Gráfico 6 - Passivo não Circulante



Fonte: Siafi.

Tabela 19 - Provisões a Longo Prazo - Composição

R\$ 1,00

Detalhamento	31/12/2022	31/12/2021	AH%	AV%
Provisão p/ Riscos Trabalhistas a Longo Prazo	418.588.564,14	441.157.607,45	-5,12%	13,83%
Provisão para Riscos Fiscais a Longo Prazo	5.273.973,16	4.830.283,53	9,19%	0,17%
Provisão para Riscos Cíveis a Longo Prazo	2.574.893.633,66	8.463.872,10	30322,17%	85,05%
Outras Provisões a Longo Prazo	28.865.515,50	0,00	-	0,95%
Total	3.027.621.686,46	454.451.763,08	566,21%	100,00%

Fonte: Siafi.

Semelhantemente as provisões de curto prazo, com a metodologia apurada do órgão MS em 2022, o maior volume das provisões de longo prazo se concentra no risco do tipo de risco civil, equivalendo a 85,05% do conjunto.

Nota 13 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO – COMPOSIÇÃO

O Patrimônio Líquido compreende o valor residual dos ativos depois de deduzidos todos os passivos do órgão. No âmbito do Ministério da Saúde, como órgão superior, destacam-se os grupos "Resultados de Exercícios Anteriores" e "Ajustes de Exercícios Anteriores" representando 97,29% e 19,92% do Patrimônio Líquido, respectivamente.

Tabela 20 - Patrimônio Líquido - Resultados Acumulados R\$ 1,00

Detalhamento	31/12/2022	31/12/2021	AH%	AV%
Patrimônio Social e Capital Social	222.997.158,84	180.949.740,04	23,24%	0,71%
Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	11.038.609,52	42.047.418,80	-73,75%	0,03%
Ajuste de Avaliação Patrimonial	42.178.512,90	43.110.098,85	-2,16%	0,13%
Demais Reservas	29.903.083,76	30.244.847,86	-1,13%	0,09%
Resultado do Exercício	(5.741.521.023,35)	12.521.201.403,02	-94,33%	-18,18%
Resultados de Exercícios Anteriores	30.726.142.356,78	19.565.868.455,65	57,04%	97,29%
Ajustes de Exercícios Anteriores	6.292.746.677,72	(1.362.243.565,23)	498,19%	19,92%
Total	31.583.485.376,17	31.021.178.398,99	1,81%	100,00%

Fonte: Siafi.

Nesse sentido, a rubrica Resultados de Exercícios Anteriores, com a maior representatividade do total, retrata o acúmulo dos superávits e déficits nos exercícios decorridos. No contexto do Ministério da Saúde, destaca-se o considerável acréscimo de 57,04% na conta "Resultados de Exercícios Anteriores" devido a integração do Resultado Patrimonial de 2022, no qual confrontou todas as variações patrimoniais aumentativas com as variações patrimoniais diminutivas do referido exercício.

A variação negativa no Resultado do Exercício pode ser evidenciada na Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), especialmente pela diminuição das Variações Patrimoniais Aumentativas em proporção em relação ao exercício de 2021. A apuração desse valor foi detalhada na Nota 19 deste documento.

Destaca-se, ainda, as rubricas Capital Social e Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC) que correspondem exclusivamente aos valores subscritos no Patrimônio Social do GHC.

Nota 14 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO – ADIANT. P/ FUT. AUM. DE CAPITAL (AFAC)

O Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC) representa os recursos recebidos pela entidade de seus acionistas ou controladores destinados a serem utilizados para aumento de capital, nos termos do Decreto n.º 8.945/2016. No âmbito do Ministério da Saúde o saldo corresponde, basicamente, a integralização de capital social do GHC, devido à alteração da natureza jurídica de sociedade de economia mista para empresa pública dependente, ocorrido em 2017.

Assim, os recursos financeiros repassados pelo Ministério da Saúde, no tocante às despesas de capital, compreendem uma incorporação no patrimônio líquido do GHC. Nesse sentido, em 11/04/2022 houve a capitalização do capital do Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A.,

no valor R\$ 42.047.418,80, conforme aprovado em Assembleia Geral Extraordinária. A operação representou um acréscimo de 23,24% no Patrimônio Social e Capital Social e, em consequência, gerou uma retração de 73,75% no AFAC.

Em relação ao exercício de 2022, a conta de AFAC totalizou com o montante de R\$ 11.038.609,52, representando corretamente os repasses recebidos e os pagamentos realizados na categoria de gasto de investimento pelo GHC. Pondera-se, contudo, que foi realizada reclassificação de despesa, no valor de R\$ 61.000,00, para corrigir classificação orçamentária após pagamento, fato esse que ocasionou um saldo excedente na conta de Repasse Recebido.

Nota 15 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO – AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Destaca-se a conta de Ajustes de Exercícios Anteriores que evidenciam o reconhecimento decorrente de efeitos de mudança de política contábil ou de retificação de erro imputável a determinado exercício pretérito que não possa ser atribuído a fatos subsequentes.

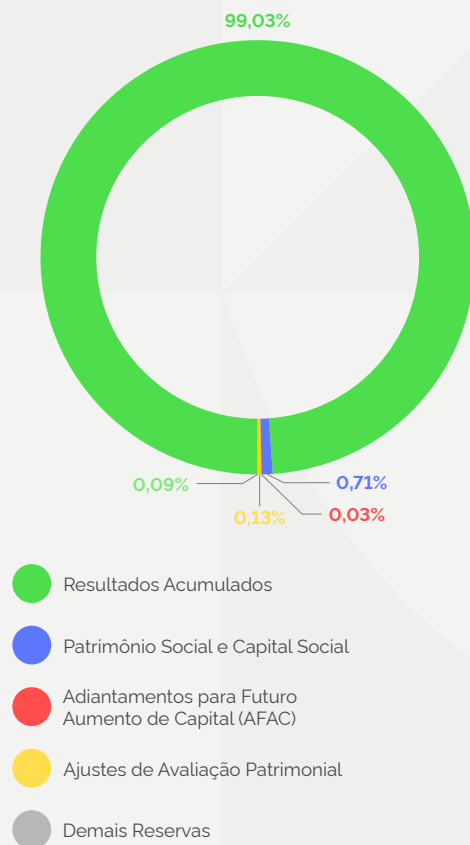
Entre os fatos que impactaram esse subgrupo, encontra-se principalmente o reconhecimento da depreciação acumulada de bens móveis, permanentes e de consumo que não vinham sendo depreciados e que, por conta da realização do inventário físico para implementação do SIADS, tiveram seu reconhecimento no presente subgrupo.

No órgão Ministério da Saúde, além do processo já citado, destaca-se os ajustes decorrentes de atualização monetária dos créditos por falta de comprovação no âmbito do FNS, no qual corrigiu lançamento contabilizado em 2022, entretanto era referente ao exercício de 2021, no valor de R\$ 136.935.456,87. Assim, garantiu o reconhecimento integral do regime de competência.

Ainda no Ministério da Saúde, o DLOG reconheceu entradas e saídas dos estoques e IES para distribuição, tendo em vista o descompasso entre os fluxos de entradas e saídas ao final do exercício de 2021, que somente obtiveram conhecimento em 2022.

Em conclusão, elucida a distribuição do Patrimônio Líquido:

Gráfico 7 - Patrimônio Líquido



Fonte: Siafi.

Nota 16 – CONTAS DE COMPENSAÇÃO – ATOS POTENCIAIS ATIVOS

Os atos potenciais compreendem os atos a executar que podem vir a afetar o patrimônio público, imediata ou indiretamente, como é o caso de direitos e obrigações conveniadas ou contratadas; responsabilidade por valores, títulos e bens de terceiros; garantias e contragarantias recebidas e concedidas.

Contextualização necessária é de que os atos potenciais são controlados nas classes 7 e 8 do Balanço Patrimonial, de maneira que na classe 7 são evidenciados os controles potenciais e na classe 8 observa-se o que foi executado e o que ainda está por se executar.

Nesse sentido, os atos potenciais ativos são aqueles que possam vir a aumentar o ativo ou diminuir um passivo da entidade

Feitas essas considerações, cabe salientar que a unidade da Funasa em Roraima, ao registrar apólice de garantia de contrato de reprografia, informou equivocadamente o número do CNPJ do credor no campo do valor, fato esse que ocasionou superavaliação de mais de 155 bilhões nos atos potenciais. Informa-se, por fim, que o saldo foi corrigido em 2023.

Nota 17 – DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), conforme disposto no art. 104 da Lei n.º 4.320/64, evidencia as alterações verificadas no patrimônio da União durante o exercício financeiro, resultante ou independente da execução orçamentária, e indica o resultado patrimonial do exercício.

O resultado patrimonial do período é apurado na DVP pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas. O valor apurado passa a compor o saldo do Balanço Patrimonial (BP) do exercício.

A DVP foi elaborada utilizando-se as classes 3 (variações patrimoniais diminutivas) e 4 (variações patrimoniais aumentativas) do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP).

Dessa forma, utiliza-se o método da função em que as VPD são classificadas de acordo com o programa ou o propósito para o qual foi criado. Assim, esse método é adequado para este Ministério que tem funções relacionadas ao fornecimento de serviços de saúde.

Nota 18 – VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS (VPA)

No Ministério da Saúde, as Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA), que aumentam a situação patrimonial líquida sem contribuição dos proprietários, tiveram decréscimo de 13,84% em relação ao mesmo período do exercício anterior. O grupo "Transferências e Delegações Recebidas" atingiu o montante de R\$ 376.953 bilhões e representa quase a totalidade das VPAs, 96,06%. Dentro desse item está o registro correspondente à contrapartida do Balanço Financeiro relativa aos recebimentos "Resultantes e Independentes da Execução Orçamentária", ou seja, ao recebimento de recursos de órgãos pertencentes ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS).

Tabela 21 - Variações Patrimoniais Aumentativas - Composição R\$ 1,00

Detalhamento	31/12/2022	31/12/2021	AH%	AV%
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	632.280.927,44	569.090.609,49	11,10%	0,16%
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	22.381.324,16	21.852.376,02	2,42%	0,01%
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	2.858.366.007,67	66.139.113,13	4221,75%	0,73%
Transferências e Delegações Recebidas	376.952.790.318,72	441.839.848.750,95	-14,69%	96,06%
Valorização e Ganhos com Ativos e Desen. Passi.	8.513.606.357,70	10.076.513.471,12	-15,51%	2,17%
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	3.424.351.289,46	2.847.241.697,50	20,27%	0,87%
Total	392.403.776.225,15	455.420.686.018,21	-13,84%	100,00%

Fonte: Siafi.

As Transferências e Delegações Recebidas são o somatório das variações patrimoniais aumentativas com transferências intragovernamentais, transferências intergovernamentais, transferências de instituições multigovernamentais, transferências de instituições privadas com ou sem fins lucrativos, transferências de convênios e transferências do exterior, que tiveram uma variação negativa de 14,69% na DVP. Destaca-se as transferências intragovernamentais que compreendem as transferências de recurso no âmbito de um mesmo ente da Federação e representam 99,47% da totalidade do grupo de transferências recebidas.

Tabela 22 - Transferências Recebidas - Composição R\$ 1,00

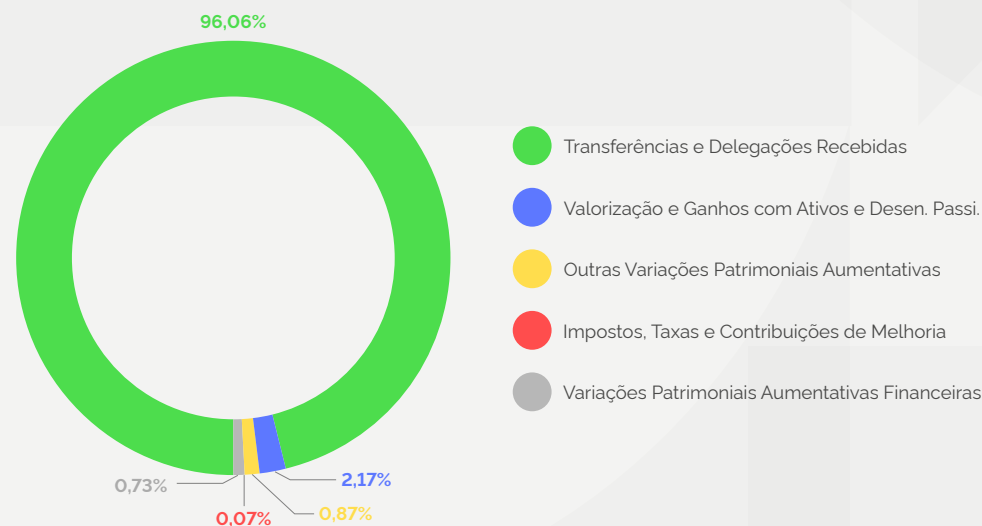
Detalhamento	31/12/2022	31/12/2021	AH%	AV%
Transferências Intragovernamentais	374.959.395.315,47	433.666.932.372,39	-13,54%	99,47%
Transferências Intergovernamentais	235.444,85	10.301.753,41	-97,71%	0,00%
Transferências das Instituições Privadas	107.043.639,56	78.250.532,26	36,80%	0,03%
Outras Transferências e Delegações Recebidas	1.886.115.918,84	8.084.364.092,89	-76,67%	0,50%
Total	376.952.790.318,72	441.839.848.750,95	-14,69%	100,00%

Fonte: Siafi.

Por seu turno, o grupo das Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras despontou como o que apresentou o maior crescimento em comparação ao período anterior. Em especial, destacam-se os ajustes contábeis pertinentes a diferença de variação cambial entre o pagamento da importação do até o desembaraço aduaneiro do insumo estratégico, situação encontrada basicamente no DLOG pelo Ministério da Saúde.

Em suma, exemplifica-se as Variações Patrimoniais Aumentativas do período:

Gráfico 8 - Variação Patrimonial Aumentativa



Fonte: Siafi.

Nota 19 – VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS (VPD)

As Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD), que diminuem a situação patrimonial líquida sem distribuição aos proprietários, do Ministério da Saúde apresentaram uma retração em relação ao mesmo período do exercício anterior na ordem de 10,11%.

Os itens Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras e Outras Variações Patrimoniais Diminutivas obtiveram variações percentuais positivas em 441,10% e 64,63%, respectivamente, em relação ao exercício anterior. Apesar disso, a contração da rubrica Transferências e Delegações Concedidas, em 11,62%, foi que mais proporcionou a retração do total das Variações Patrimoniais Diminutivas.

Tabela 23 - Variações Patrimoniais Diminutivas - Composição R\$ 1,00

Detalhamento	31/12/2022	31/12/2021	AH%	AV%
Pessoal e Encargos	8.520.721.444,13	9.059.349.975,88	-5,95%	2,14%
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	10.649.994.116,26	10.560.491.771,29	0,85%	2,67%
Uso de Bens, Serviços e Cons. de Capital Fixo	35.969.701.867,21	42.180.592.183,05	-14,72%	9,03%
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeira	55.153.026,96	10.192.849,85	441,10%	0,01%
Transferências e Delegações Concedidas	320.906.403.474,21	363.111.816.041,05	-11,62%	80,60%
Desvaloriz. e Perdas de Ativos e Incorp. Passivos	7.070.585.877,14	6.747.264.956,92	4,79%	1,78%
Tributárias	577.475.831,29	640.341.951,16	-9,82%	0,15%
Custo das Merc. e Prod. Vendidos e Serv.Prest	3.895.528.757,01	4.238.909.662,01	-8,10%	0,98%
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	10.499.732.854,29	6.377.747.931,71	64,63%	2,64%
Total	398.145.297.248,50	442.926.707.322,92	-10,11%	100,00%

Fonte: Siafi.

As Transferências e Delegações Concedidas compreendem o somatório das variações patrimoniais diminutivas com transferências intragovernamentais, intergovernamentais, às instituições multigovernamentais, a instituições privadas com ou sem fins lucrativos, a convênios, ao exterior e execuções orçamentárias delegadas. Este item em 31/12/2022 apresentou um saldo de R\$ 320,906 bilhões, o que corresponde um decréscimo de 11,62% e representa 80,60% das VPD.

Na tabela abaixo informam-se as transferências concedidas:

Tabela 24 - Transferências Concedidas - Composição R\$ 1,00

Detalhamento	31/12/2022	31/12/2021	AH%	AV%
Transferências Intragovernamentais	216.893.385.166,89	255.237.994.503,12	-15,02%	67,59%
Transferências Intergovernamentais	101.114.159.445,93	105.333.030.665,55	-4,01%	31,51%
Transferências as Instituições Privadas	1.749.946.198,44	14.535.779,50	11938,89%	0,55%
Transferências ao Exterior	24.337.400,85	23.524.394,95	3,46%	0,01%
Outras Transferências e Delegações Concedidas	1124.575.262,10	2.502.730.697,93	-55,07%	0,35%
Total	320.906.403.474,21	363.111.816.041,05	-11,62%	100,00%

Fonte: Siafi.

Ressalta-se que o grupo supracitado registra, praticamente, todas as transferências realizadas, incluindo as relativas a despesas com: vigilância em saúde; ações de vigilância, prevenção e controle das DST/AIDS e hepatites virais; componente especializado da assistência farmacêutica; atenção primária à saúde; assistência farmacêutica na atenção primária; atenção à saúde da população para procedimentos de Média a Alta Complexidade (MAC).

Complementarmente, acentua-se a mudança de política contábil nas transferências relativas aos contratos de gestão, utilizando a "Transferências as Instituições Privadas" ao invés de "Outras Transferências e Delegações Concedidas", de maneira mais adequada. Essa alteração gerou relevante distorção individualmente nas duas rubricas, todavia ao analisa-las no contexto das transferências em geral, o impacto não foi significativo.

Destaca-se, ainda, que o grupo Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação de Passivos teve um acréscimo na ordem de 4,79%. Este saldo se justifica pelos registros de ajustes referentes à avaliação de bens imóveis do Hospital Federal da Lagoa; pelas perdas dos créditos de Tomada de Contas Especial – TCE julgadas irregulares da conta "Crédito a Receber por Falta/Irregularidade na Comprovação" pelos Fundo Nacional de Saúde, Fiocruz, Funasa e ANS; e pelos ajustes para perdas do Departamento de Logística em Saúde.

Tabela 25 - Desvalorização e Perdas de Ativos Incorporação de Passivos - Composição

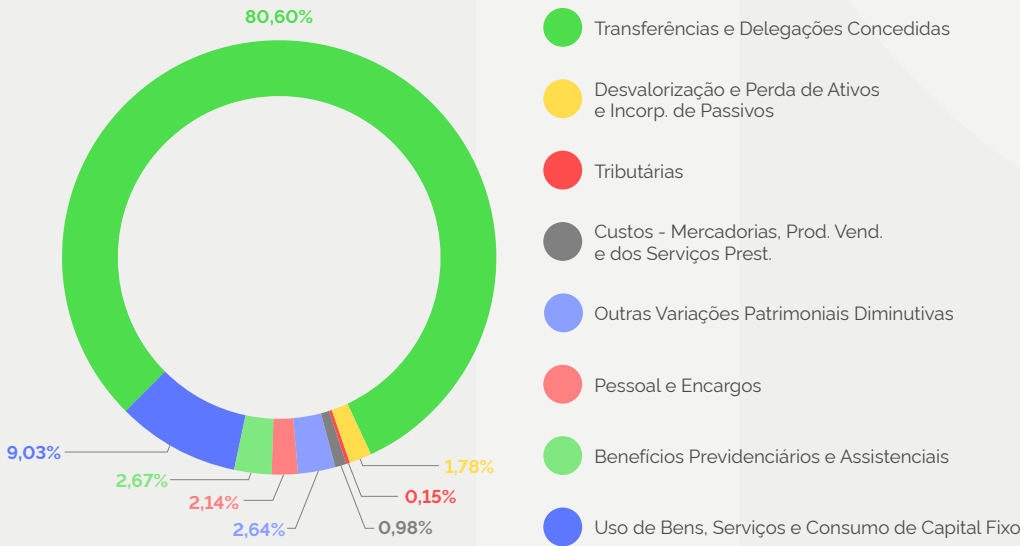
Detalhamento	31/12/2022	31/12/2021	AH%	AV%
Reaval., Red.a Valor Recup.e Ajuste p/ Perdas	1.336.665.994,05	1.889.697.771,12	-29,27%	18,90%
Perdas com Alienação	4.132.213,50	4.407.625,65	-6,25%	0,06%
Perdas Involuntárias	32.124.660,85	37.346.593,52	-13,98%	0,45%
Incorporação de Passivos	1.976.859.635,92	2.933.896.126,24	-32,62%	27,96%
Desincorporação de Ativos	3.720.803.372,82	1.881.916.840,39	97,71%	52,62%
Total	7.070.585.877,14	6.747.264.956,92	4,79%	100,00%

Fonte: Siafi.

Por último, vale ressaltar a variação de 64,63% no grupo de Outras Variações Patrimoniais Diminutivas, em relação ao período anterior. Justifica-se o incremento pela mudança da política contábil no reconhecimento das provisões tanto de curto quanto de longo prazo das demandas judiciais em saúde, conforme abordado nas Nota 11 e Nota 12.

Em resumo, ilustra-se as Variações Patrimoniais Diminutivas do período:

Gráfico 9 - Variação Patrimonial Diminutiva



Fonte: Siafi.



Nota 20 – DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS – RESULTADO PATRIMONIAL

O Ministério da Saúde apresentou, ao final do exercício financeiro de 2022, um resultado patrimonial negativo de R\$ 5,741 bilhões, muito em função da considerável diminuição

das transferências delegadas recebidas em comparação ao exercício anterior. Conforme foi alertado nas notas anteriores.

Tabela 26 - Resultado Patrimonial do período

R\$ 1,00

Demonstração das Variações Patrimoniais	31/12/2022	31/12/2021	AH%
Variações Patrimoniais Aumentativas	392.403.776.225,15	455.420.686.018,21	-13,84%
(-) Variações Patrimoniais Diminutivas	398.145.297.248,50	442.926.707.322,92	-10,11%
Resultado Patrimonial	(5.741.521.023,35)	12.493.978.695,29	-145,95%

Fonte: Siafi.

Nota 21 – BALANÇO ORÇAMENTÁRIO – COMPOSIÇÃO

O objetivo do Balanço Orçamentário (BO) é demonstrar, em perspectiva, as receitas previstas e as despesas fixadas na Lei Orçamentária e em créditos adicionais, bem como a sua execução, permitindo a comparação dos valores previstos com os realizados, conforme disposto

no art. 102 da Lei n.º 4.320/1964. O Balanço Orçamentário considera, ainda, a nova estrutura trazida pelo MCASP, demonstrada abaixo, bem como características pertinentes das receitas/despesas orçamentárias e, por fim, interpretação do Resultado Orçamentário.

Estrutura do BO:

- a) Quadro Principal: onde se dispõem as informações sobre despesas e receitas previstas e executadas, detalhadas por categoria econômica, origem (no caso das receitas) e grupo de natureza de despesa (no caso das despesas);
- b) Quadro da Execução dos Restos a Pagar Não Processados: demonstra, por Grupo de Natureza de Despesa, os RPNP inscritos, liquidados, pagos, cancelados e o saldo;
- c) Quadro da Execução dos Restos a Pagar Processados: demonstra, por Grupo de Natureza de Despesa, os RPP inscritos, pagos, cancelados e o saldo.

Elaboração:

O Balanço Orçamentário foi elaborado utilizando-se as seguintes classes e grupos do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP):

- a) Classe 5 (Orçamento Aprovado), Grupo 2 (Previsão da Receita e Fixação da Despesa); e;
- b) Classe 6 (Execução do Orçamento), Grupo 2 (Realização da Receita e Execução da Despesa).

No Balanço Orçamentário é utilizado o enfoque orçamentário para fins de reconhecimento da despesa e da receita, ou seja, utiliza-se o regime misto: de competência para as despesas orçamentárias (reconhecimento no empenho) e de caixa para as receitas orçamentárias (reconhecimento da arrecadação), conforme dispõe o art. 35 da Lei n.º 4.320/1964.

Nota 22 – BALANÇO ORÇAMENTÁRIO – RECEITAS E DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS

Na elaboração das notas do Balanço Orçamentário, considera-se a previsão atualizada da receita e a dotação atualizada da despesa, que correspondem às alterações posteriores à previsão e fixação inicialmente consignadas na LOA. Outrossim, considerável esclarecer não haver atualizações monetárias autorizadas por lei, isso após a publicação da LOA, que possa impactar na coluna Previsão Inicial da Receita Orçamentária.

Ao analisar a realização da receita por categoria econômica, as Receitas Correntes representaram praticamente o total arrecadado. Ademais, as Receitas de Capital são provenientes ou da realização de recursos financeiros oriundos da constituição de dívidas ou pela conversão de bens e direitos em recurso financeiro, ou seja, pela venda de bens de capital. O percentual de realização das Receitas foi de 85,69%, no final de 2022.

Tabela 27 – Balanço Orçamentário - Receitas previstas e arrecadadas por Categoria Econômica

Categoria Econômica	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Realização da Receita	% Realiz / Previsão	AV%
Receita Correntes	2.925.595.197,00	2.925.595.197,00	2.506.387.913,99	85,67%	99,96%
Receitas de Capital	490.632,00	490.632,00	1.011.935,66	206,25%	0,04%
Total das Receitas	2.926.085.829,00	2.926.085.829,00	2.507.399.849,65	85,69%	100,00%

Fonte: Siafi.

No conjunto da execução orçamentária no âmbito do Ministério da Saúde, as despesas empenhadas totalizaram R\$ 162,826 bilhões, o correspondente a 97,87% da dotação atualizada de R\$ 166,374 bilhões.

Dentre as despesas empenhadas, as correntes corresponderam a maior parte do montante sendo R\$ 158,225 bilhões, ou seja, 97,17% do total da dotação atualizada. No exercício em questão deve-se ressaltar o combate à pandemia de Covid-19, por meio de aquisição de vacinas e fortalecimento das políticas públicas de saúde.

Tabela 28 – Balanço Orçamentário - Despesas executadas por Categoria Econômica

Categoria Econômica	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	% Execução (Emp/Dot)	AV%
Despesas Correntes	161.594.176.165,00	158.225.403.865,73	97,92%	97,17%
Despesas de Capital	4.779.570.077,00	4.601.266.630,38	96,27%	2,83%
Total das Despesas	166.373.746.242,00	162.826.670.496,11	97,87%	100,00%

Fonte: Siafi.

Nota 23 – BALANÇO ORÇAMENTÁRIO – RECEITA INTRAORÇAMENTÁRIA

No tocante à Receita Intraorçamentária, órgão superior. Se demonstra a realização por comprova-se a baixa significância no total das receitas do Ministério da Saúde na figura de órgão.

Tabela 29 - Receita Corrente Intraorçamentária - por Órgão

R\$ 1,00

Demonstração das Variações Patrimoniais	31/12/2022	AH%
Ministério da Saúde	7.107.235,24	95,66%
Fundação Oswaldo Cruz	14,00	0,00%
Agência Nacional de Vigilância Sanitária	322.342,90	4,34%
Total	7.429.592,14	100,00%

Fonte: Siafi.

Nota 24 – BALANÇO ORÇAMENTÁRIO – TIPO DE CRÉDITO

Pertinente evidenciar a execução orçamentária de 2022 delimitando por tipo de crédito e, nesse contexto, as despesas do exercício são em grande parte advindas do Crédito Inicial

da própria LOA. Verifica-se, também, que no tocante aos créditos adicionais, se consumou execução de despesas praticamente apenas na modalidade Extraordinária.

Tabela 30 - Execução por tipo de crédito

R\$ 1,00

Tipo de Crédito	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Despesa Paga	AV%
Inicial (LOA)	158.363.530.525,27	142.802.385.200,49	141.207.528.624,66	97,26%
Especial	10.601,84	10.601,84	10.601,84	0,00%
Extraordinário	4.463.129.369,00	3.352.174.221,63	3.346.620.096,02	2,74%
Total	162.826.670.496,11	146.154.570.023,96	144.554.159.322,52	100,00%

Fonte: Siafi.

Nota 25 – BALANÇO ORÇAMENTÁRIO – SUPERÁVIT FINANCEIRO

Em relação ao aproveitamento de superávit financeiro de exercícios anteriores para a reabertura de créditos adicionais, destaca-se que o Ministério da Saúde apresentou um saldo

de dotação de R\$ 4,463 bilhões advindo do exercício anterior, e em comparação ao mesmo período de 2021 teve uma considerável retração de 88,25%.

Tabela 31 - Utilização de Créditos Adicionais

R\$ 1,00

Tipo de Crédito	31/12/2022	31/12/2021	AH%
Extraordinário	4.463.129.369,00	37.972.811.251,00	-88,25%

Fonte: Siafi.

Cabe salientar, por fim, que conforme evidenciado nos 4.3 – Balanço Orçamentário e 6.4 – Balanço Financeiro, não há utilização de “recursos de exercícios anteriores” em aplicação

de recursos vinculados no caso do RPPS. O que existe é a possibilidade de reabertura de Créditos Adicionais Extraordinários para a mesma finalidade estabelecida em 2021.

Nota 26 – BALANÇO ORÇAMENTÁRIO – RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

As receitas arrecadadas em 2022 atingiram o montante de R\$ 2,507 bilhões. Por sua vez, as despesas empenhadas totalizaram o montante de R\$ 162,827 bilhões no mesmo período, o que gerou um resultado orçamentário deficitário de

R\$ 160,319 bilhões. Esse fato não representa necessariamente uma situação negativa devido à especificidade do Ministério da Saúde, que é de financiar as políticas públicas de saúde sem atuar como órgão primordialmente arrecadador.

Tabela 32 - Resultado Orçamentário

R\$ 1,00

Categoria Econômica	31/12/2022
Total das Receitas Arrecadadas	2.507.399.849,65
Total das Despesas Empenhadas	162.826.670.496,11
Déficit Orçamentário	(160.319.270.646,46)

Fonte: Siafi.

O resultado deficitário apresentado no quadro acima limitou-se a uma visão estritamente orçamentária, considerando apenas as receitas originalmente destinadas para a área da saúde. Contudo, o Balanço Orçamentário não demonstra o montante das transferências e delegações

recebidas pelo Ministério, as quais são apresentadas na Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP). No período em análise, as transferências recebidas correspondem à importância de R\$ 376,953 bilhões.

Nota 27 – BALANÇO ORÇAMENTÁRIO – RESTOS A PAGAR

Conforme disposto no art. 67 do Decreto n.º 93.872/1986, os Restos a Pagar Não Processados (RPNP) referem-se às despesas que, embora empenhadas no exercício corrente, não foram liquidadas (executadas) até 31 de dezembro, em decorrência da não conclusão da entrega dos bens e/ou da prestação dos serviços contratados, como também da aferição parcial ou entrega parcial de obras no exercício.

A inscrição dos empenhos nessa rubrica é feita pela STN, em 31 de dezembro, composta pela execução orçamentária do exercício (despesas empenhadas e não liquidadas), acrescida dos RPNP transpostos/inscritos em exercícios anteriores (reinscrição) que ainda não tiveram

execução concluída e o pagamento realizado. Nesse sentido, a Lei n.º 4.320/1964 considera como executada a “despesa empenhada” (e não paga) ao dispor no seu art. 35 que “pertencem ao exercício financeiro as despesas nele legalmente empenhadas”.

Ao analisar os restos a pagar, demonstra-se os RPNP executados por grupo de despesa, deduzindo-se o saldo dos cancelamentos. Dessa forma, aferiu-se uma execução de 64,81% do total das despesas inscritas e reinscritas em RPNP. As despesas correntes apresentaram uma maior execução, de 78,55%, e por seu turno as despesas de capital tiveram uma realização de 32,92%.

Tabela 33 - Balanço Orçamentário - RPNP inscritos e reinscritos

R\$ 1,00

Categoria Econômica	Total Inscrições RPNP	Cancelados	Inscrições RPNP (-) Cancelados	Liquidados	% Liquidados/ Inscritos
Despesas Correntes	17.386.272.919,48	2.081.134.022,15	15.305.138.897,33	12.022.291.188,17	78,55%
Despesas de Capital	7.058.228.925,34	465.362.690,35	6.592.866.234,99	2.170.161.470,03	32,92%
Total	24.444.501.844,82	2.546.496.712,50	21.898.005.132,32	14.192.452.658,20	64,81%

Fonte: Siafi.

Oportuno destacar o elevado volume de reinscrições de exercícios anteriores, tal fato se justifica pelas despesas do Ministério da Saúde não sofrerem bloqueio e nem cancelamento pela Secretaria do Tesouro Nacional, após os prazos estabelecidos no art. 68 do Decreto

n.º 93.872/1986. À vista disso, o Ministério realiza monitoramento anual ao longo do exercício financeiro, de maneira a evitar reinscrições desnecessárias, de modo a impedir um possível comprometimento do orçamento público.

Nota 28 – BALANÇO FINANCEIRO – COMPOSIÇÃO

O Balanço Financeiro demonstra os ingressos (entradas) e dispêndios (saídas) de recursos financeiros a título de receitas e despesas orçamentárias, bem como os recebimentos e pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos de disponibilidades do exercício anterior e aqueles que passarão para o exercício seguinte de acordo com o art. 103, da Lei n.º 4.320/64.

O Balanço Financeiro foi elaborado utilizando-se as seguintes classes do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP):

- a) Classes 1 (Ativo) e 2 (Passivo) para os Recebimentos e Pagamentos Extraorçamentários de Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados, Saldo em Espécie do Exercício Anterior e Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte;
- b) Classe 3 (Variações Patrimoniais Diminutivas) para as Transferências Financeiras Concedidas;
- c) Classe 4 (Variações Patrimoniais Aumentativas) para as Transferências Financeiras Recebidas;
- d) Classe 5 (Orçamento Aprovado) para a Inscrição de Restos a Pagar; e
- e) Classe 6 (Execução do Orçamento) para a Receita Orçamentária, Despesa Orçamentária e Pagamento de Restos a Pagar.

Nota 29 – BALANÇO FINANCEIRO – INGRESSOS E DISPÊNDIOS FINANCEIROS

No âmbito do Ministério da Saúde, os ingressos atingiram o montante de R\$ 399,380 bilhões com uma redução de 13,29% em relação ao mesmo período de 2021. Esse decréscimo se deu, em grande parte, pela contração no item

de Transferências Financeiras Recebidas que passou do R\$ 433,662 bilhões para apenas R\$ 374,722 bilhões, gerando uma diminuição de 13,59%.

Tabela 34 - Balanço Financeiro - Principais grupos de ingressos financeiros R\$ 1,00

Ingressos	31/12/2022	31/12/2021	AH%	AV%
Receitas Orçamentárias	2.507.399.849,65	2.145.727.895,21	16,86%	0,63%
Transferências Financeiras Recebidas	374.721.953.389,21	433.662.191.864,15	-13,59%	93,83%
Recebimentos Extraorçamentários	20.079.791.200,70	22.644.531.763,88	-11,33%	5,03%
Caixa e Equivalente de Caixa (Ex.Anterior)	2.070.598.165,39	2.132.066.060,15	-2,88%	0,52%
Total	399.379.742.604,95	460.584.517.583,39	-13,29%	100,00%

Fonte: Siafi.

Ainda nesse contexto, vale pontuar que a diminuição das Transferências Financeiras se sucedeu muito pela redução dos créditos extraordinários abertos que saiu do total de R\$ 46,915 bilhões para R\$ 4.463 bilhões, no exercício financeiro de 2022.

Cabe salientar que o grupo "Recebimentos Extraorçamentários" apresenta a rubrica "Inscrição de Restos a Pagar Não Processados" que corresponde ao registro do saldo dos empenhos emitidos no exercício corrente para compensar/equilibrar a contrapartida do seu

registro como despesa (despesas empenhas/ executadas), no qual é registrada nos dispêndios, conforme preconiza o parágrafo único do artigo n.º 103 da Lei n.º 4.320/1964.

De maneira análoga, os dispêndios do MS tiveram um encolhimento de 13,29% de 2021 para 2022, passando de R\$ 460,585 bilhões para R\$ 399,380 bilhões, e o item que mais contribuiu para essa atenuação foi o "Transferências Financeiras Concedidas", responsável pelas transferências independentes da execução orçamentária. Conforme se demonstra:

Tabela 35 - Balanço Financeiro - Principais grupos de dispêndios financeiros R\$ 1,00

Dispêndios	31/12/2022	31/12/2021	AH%	AV%
Despesas Orçamentárias	162.826.670.496,11	189.802.176.026,54	-14,21%	40,77%
Transferências Financeiras Concedidas	216.872.764.750,20	255.184.047.403,63	-15,01%	54,30%
Pagamentos Extraorçamentários	17.672.921.937,61	13.527.695.987,83	30,64%	4,43%
Caixa e Equivalente de Caixa (Ex.Seguinte)	2.007.385.421,03	2.070.598.165,39	-3,05%	0,50%
Total	399.379.742.604,95	460.584.517.583,39	-13,29%	100,00%

Fonte: Siafi.

Nota 30 – BALANÇO FINANCEIRO – DEDUÇÕES DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA

No tocante às deduções da receita orçamentária, o Ministério da Saúde apresentou modesto acréscimo em comparação ao mesmo período do exercício anterior, na proporção de 0,98%, ocasionado pela ampliação de deduções nos recursos livres da seguridade social, conforme se demonstra:

Tabela 36 - Dedução da Receita Orçamentária

R\$ 1,00

Detalhamento das Fontes de Recurso	31/12/2022	31/12/2021	AH%	AV%
Receitas de Concursos de Prognósticos	(4.918,16)	(6.953,37)	-29,27%	0,01%
Rec. Destinados ao Enfrentamento da Covid-19	(22,00)	0,00	-	0,00%
Rec. Vinc. a Aplic. em Outras Políticas Públicas	(6.143,31)	0,00	-	0,01%
Rec. Próprios Primários de Livre Aplicação	(37.682.834,19)	(42.366.262,86)	-11,05%	56,27%
Recursos Livres da Seguridade Social	(3.019.341,33)	(1.949,76)	154757,08%	4,51%
Rec.Prop.Decor.Alien.Bens e Dir.do Patr.Púb.	0,00	(528.854,85)	-	0,00%
Tx.Mul.Poder Policia e Mul.Prov.Proc.Jud.	(26.186.181,28)	(21.868.542,70)	19,74%	39,10%
Fonte a Classificar	(1.038,14)	(1.339.629,12)	-99,92%	0,00%
Recursos Próprios Financeiros	(7.867,27)	(18.971,84)	-58,53%	0,01%
Restit. Recursos de Convênios e Congêneres	(3.369,49)	(183.370,55)	-98,16%	0,01%
Doac.Pessoas Físicas e Instit.Púb.e Priv.Nac.	(53.787,03)	0,00	-	0,08%
Total	(66.965.502,20)	(66.314.535,05)	0,98%	100,00%

Fonte: Siafi.

Nota 31 – BALANÇO FINANCEIRO – RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro ao final de dezembro de 2022 foi deficitário em R\$ 63 milhões, uma contração relativamente baixa considerando o montante de mais de dois bilhões de saldo que foi transferido para o exercício seguinte.

Há duas formas para o cálculo do resultado financeiro. Pela metodologia do Balanço

Financeiro, na qual considera o total dos ingressos e dispêndios excluindo-se o saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa. E pela metodologia da Demonstração do Fluxo de Caixa, que considera apenas os saldos de Caixa e Equivalentes de Caixa inicial e final, deduzindo-se o saldo do período anterior do saldo que passa para o período seguinte. Seguem as duas apurações:

Tabela 37 - Resultado Financeiro do período X Geração de caixa do DFC R\$ 1,00

Balanço Financeiro	31/12/2022	31/12/2021	AH%
Caixa e Equivalente de Caixa: Saldo para o Exercício Seguinte	2.007.385.421,03	2.070.598.165,39	-3,05%
(-)Caixa e Equivalente de Caixa: Saldo para o Exercício Anterior	2.070.598.165,39	2.132.066.060,15	-2,88%
(=) Resultado Financeiro	(63.212.744,36)	(61.467.894,76)	2,84%
Demonstração do Fluxo de Caixa	31/12/2022	31/12/2021	AH%
Caixa e Equivalente de Caixa Final	2.007.385.421,03	2.070.598.165,39	-3,05%
(-)Caixa e Equivalente de Caixa Inicial	2.070.598.165,39	2.132.066.060,15	-2,88%
(=)Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa	(63.212.744,36)	(61.467.894,76)	2,84%

Fonte: Siafi.

Nota 32 – DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) é um demonstrativo que apresenta as entradas e saídas de caixa classificadas em fluxo de atividades, sendo elas: operacional, de investimento e de financiamento.

As atividades operacionais compreendem as entradas e saídas de caixa, isto é, os ingressos de recursos decorrentes da arrecadação de receitas orçamentárias e extraorçamentárias e os desembolsos efetuados tanto para o pagamento de despesas orçamentárias quanto extraorçamentárias do órgão.

As atividades de investimento estão relacionadas às receitas e despesas de capital, distinguindo-se daquelas destinadas à manutenção do Ativo Circulante. As receitas de capital compreendem a constituição de dívidas, a conversão em espécie de bens e direitos (alienações), reservas, bem como as transferências de capital recebidas. As despesas de capital, por sua vez, correspondem àquelas realizadas com o propósito de formar e/ou adquirir ativos reais, abrangendo, entre outras ações, o planejamento e a execução de obras, a compra de instalações, equipamentos, material permanente e concessões de empréstimos.

Por último, as atividades de financiamento compreendem as obtenções de empréstimos, financiamentos e demais operações de

crédito, inclusive o refinanciamento da dívida. Compreendem também a integralização do capital social de empresas dependentes.

Tabela 38 - Demonstração do Fluxo de Caixa - Composição R\$ 1,00

Detalhamento	31/12/2022	31/12/2021	AH%	AV%
Fluxo das Atividades Operacionais	1.089.975.728,62	927.308.468,73	17,54%	-1724,30%
Fluxo das Atividades de Investimento	(1.153.188.472,98)	(988.776.363,49)	16,63%	1824,30%
Fluxo das Atividades de Financiamento	-	-	0,00%	0,00%
Geração Líquida de Caixa	(63.212.744,36)	(61.467.894,76)	2,84%	100,00%

Fonte: Siafi.

O somatório dos três fluxos corresponde à diferença entre o saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa do exercício de análise em relação ao exercício anterior. Pode-se perceber que, no âmbito do Ministério da Saúde, não houve movimentação do fluxo das atividades de financiamento. Tal fato justifica-se pela particularidade de ser um órgão da Administração Direta e em diversos momentos é representada pela União juridicamente. Ademais,

cabe salientar que o Ministério da Saúde não possui saldos de caixa ou equivalente de caixa de natureza "não disponível".

Dessa maneira, o resultado deficitário do exercício de 2022 foi sobretudo devido aos fluxos de caixa das atividades de investimento, em função do alto volume de desembolsos para aquisição de ativos não circulantes, o que sinaliza uma capitalização no órgão.

Tabela 39 - Desembolsos das Atividades de Investimento R\$ 1,00

Detalhamento - Desembolsos	31/12/2022	31/12/2021	AH%	AV%
Aquisição de Ativo Não Circulante	(1.002.627.359,13)	(952.790.248,96)	5,23%	86,87%
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	(1.717.561,68)	(1.886.668,93)	-8,96%	0,15%
Outros Desembolsos de Investimentos	(149.855.487,83)	(35.236.993,16)	325,28%	12,98%
Geração Líquida de Caixa	(1.154.200.408,64)	(989.913.911,05)	16,60%	100,00%

Fonte: Siafi.

Nota 33 – IMPACTOS DA PANDEMIA (COVID-19)

O enfrentamento da pandemia da Covid-19 continua e permanece demandando esforços excepcionais a cargo do Ministério da Saúde. No exercício de 2022, dos R\$ 6,383 bilhões pagos pelo Ministério da Saúde como órgão superior para o combate à calamidade, o

Departamento de Logística em Saúde (DLOG) foi responsável pela maior parte, tendo em vista a aquisição e distribuição de vacinas, seguido pelo Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos (Bio-Manguinhos) e Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), conforme se demonstra a seguir:

Tabela 40 - Material de Consumo com Covid-19 R\$ 1,00

Unidade Gestora	31/12/2022	31/12/2021	AH%	AV%
Departamento de Logística em Saúde - DLOG	6.383.043.716,13	22.726.889.882,62	-71,91%	92,82%
Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos	327.022.646,22	4.848.200.516,86	-93,25%	4,76%
Fundação Oswaldo Cruz	142.905.000,80	773.299.138,61	-81,52%	2,08%
Hospital Nossa Senhora da Conceição S/A	23.090.876,09	48.074.595,77	-51,97%	0,34%
Outros	1.014.418,70	47.196.298,96	-97,85%	0,01%
Total	6.877.076.657,94	28.443.660.432,82	-75,82%	100,00%

Fonte: Siafi.

Nota 34 – PARTES RELACIONADAS

A divulgação de transações entre partes relacionadas, instituída pela NBC TSP 22 – Divulgação sobre Partes Relacionadas, do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), é um instrumento oportuno na prestação de contas e responsabilização (*accountability*) no setor público. Diante disso, o Ministério da Saúde deve destacar para a sociedade quando apresentar controle ou influência significativa em alguma entidade e, portanto, ponderar o enquadramento como partes relacionadas.

Inicialmente, cabe contextualizar que as empresas em que a União tem participações diretas, fazendo parte do Orçamento de Investimento, são registrados no órgão Ministério da Economia e contabilizadas pelo Método de Equivalência Patrimonial (MEP) quando

configuram relação de controle e/ou influência significativa.

No caso específico do Ministério da Saúde, encontra-se nessa condição a Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia (Hemobrás) que além de ter o capital social 100% em posse da União, tem o Ministério da Saúde como único cliente, segundo a regulamentação de hemoderivados.

As operações com medicamentos feitas entre a Hemobrás e o Ministério da Saúde são realizadas a preços e condições definidas por meio de contrato, que levam em consideração os valores praticados no mercado internacional e o equilíbrio econômico-financeiro da companhia. Observa-se, portanto, preços e condições

usuais sem gerar qualquer benefício indevido a nenhuma das partes.

Conveniente citar o Grupo Hospitalar Conceição (GHC) que é atualmente uma empresa pública dependente, com personalidade de direito privado, vinculada ao Ministério da Saúde. Originalmente sua constituição foi como sociedade anônima, porém a União reconheceu sua utilidade pública e adquiriu a totalidade das ações de seu capital social. Dessa forma, atualmente o GHC é classificado como entidade da Administração Pública Indireta e, conforme mencionado na Nota 14, os repasses de recursos de capital são realizados por meio de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC), resultando em ampliação da capacidade operacional da entidade.

Tabela 41 - Grupo de Cargos e Funções

R\$ 1,00

Detalhamento	31/12/2021	AV%
CCE (Cargo Comissionado Executivo)	270	13,02%
FCE (Função Comissionada Executiva)	1.804	86,98%
Total	2.074	100,00%

Fonte: Siafi.

Nesse sentido, apresenta-se a relação dos cargos e funções no Ministério da Saúde, na forma que mais se aproxima da figura de Pessoal-Chave do órgão, em aderência às *International Public Sector*

No tocante a remuneração do Pessoal-Chave das partes relacionadas, entende-se que a apresentação de forma detalhada seja inviável, dado à complexidade que envolve a temática. Acrescenta-se ao fato de que os órgãos não utilizam um sistema único de administração de pessoas, como é o caso do GHC, por exemplo, que ainda está em processo de adesão ao SIAPE.

Dessa forma, as informações sobre as despesas com pessoal do Ministério da Saúde e órgãos vinculados pode ser consultada de maneira individualizada por meio do Portal da Transparência (www.transparencia.gov.br).

Alternativamente é apresentada tabela com a distribuição dos cargos em comissão e funções de confiança ao final de 2022 no órgão MS. Do montante de 2.074 cargos, a Função Comissionada Executiva (FCE) tem maior representatividade, com 86,98% do total.

Accounting Standards (IPSAS 20), organizados por recortes de grau de instrução, faixa etária e gênero:

Tabela 42 - Ocupantes de Cargos e Funções - por Grau de Instrução

Grau de Instrução	CCE	FCE	Total	AV%
Ensino Fundamental	1	43	44	0,37%
Ensino Médio	17	436	453	6,30%
Ensino Superior	214	1.103	1.317	79,26%
Especialização	6	43	49	2,22%
Mestrado	15	106	121	5,56%
Doutorado	17	73	90	6,30%
Total	270	1.804	2.074	100,00%

Fonte: Siafi.

Tabela 43 - Ocupantes de Cargos e Funções - por idade

Detalhamento	Até 30 anos	31 a 40 anos	41 a 50 anos	51 a 60 anos	Acima de 60 anos	Total
CCE	6	63	103	62	36	270
FCE	9	484	564	483	264	1.804
Total	15	547	667	545	300	2.074

Fonte: Siafi.

Tabela 44 - Ocupantes de Cargos e Funções - por Gênero

Detalhamento	Masculino	% Masc.	Feminino	% Femin.	Total
CCE	150	55,56%	120	44,44%	270
FCE	857	47,51%	947	52,49%	1.804
Total	1.007	48,92%	1.067	51,08%	2.074

Fonte: Siafi.